

SESSÕES DO PLENÁRIO

50ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de junho de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO VIANA (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa Lula, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Gika Lopes Lula, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimateia, Joseildo Ramos Lula, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Manassés, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto Lula, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Zé Neto Lula, Zé Raimundo Lula e Zó. (56)

O SR. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Luciano Ribeiro comunicando que, em razão de compromissos assumidos no Ministério das Cidades e no FNDE em Brasília, esteve ausente na Sessão do dia 23/05/2018.

Do Deputado Paulo Câmera comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 12/04, 16/04, 17/04, 14/05 e 16/05/2018.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Requerimento.

(Lê) *“Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar.*

O Projeto de Lei nº 22.766/2018, de autoria do Poder Executivo, Autoriza a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas com o extinto Banco do Estado da Bahia S.A. – BANEBA e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBAHIA.

O Projeto de Lei nº 22.768/2018, de autoria do Poder Executivo, Autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso da área de terra que indica.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2018.”

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Marquinho Viana, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, hoje estivemos no lançamento de mais uma ação do nosso governador Rui Costa, que é na parte voltada para o câncer de mama das mulheres. Realmente, eu fico me perguntando, Joseildo, onde esse governador está achando tanto dinheiro, porque os investimentos na saúde... realmente, o governador está de parabéns. Demonstra que é um grande gestor e está fazendo pela Bahia e pelos baianos o que nunca um governador fez na história da Bahia.

Recentemente, nobre colega Targino, segunda-feira, o secretário Cássio esteve representando o governador na cidade de Rio do Antônio – eu estava lá – e deu ordem de serviço, com recursos próprios da Embasa, da ordem de 11 milhões e meio para colocar água na cidade que estava sem água e ainda o esgotamento sanitário. Vai, até o final do mês, ainda em Aracatu, dar ordem de serviço de mais seis milhões e meio para colocar água no distrito de Piabanha.

Ainda esteve no município de Livramento de Nossa Senhora e autorizou a licitação de mais oito milhões e meio da água de Iguatemi.

Então, isso demonstra que o governador Rui Costa realmente tem feito, acho, das tripas coração para fazer tanto investimento. Enquanto os outros estados estão em situação que nem podem pagar o salário, o governador Rui Costa anda fazendo obra, fazendo investimentos para melhorar a qualidade de vida dos baianos. Então, nobre presidente que ora assume esta Casa, os trabalhos – esse jovem deputado, competente Adolfo Viana, da parte do Viana mais rico, porque o Viana pobre está aqui, Marquinho Viana. Os Viana mais poderosos –, V. Ex.^a que era do PSDB e é oposição nesta Casa, realmente, deve estar abismado, dizendo: “Esse governador vale a pena ser reeleito, porque é um governador empenhado em fazer as obras que os baianos

estão precisando”. Então, realmente, o Rui Costa precisa ser reeleito porque demonstrou que é um bom gestor e está trabalhando bem para a nossa Bahia.

Mas eu queria, para complementar, falar aqui agora de uma coisa triste, nobre presidente, deputados: lá em minha cidade, faleceu ontem a mãe de um ex-vereador. O nome dela é D. Ermelina Rocha, conhecida como D. Milu, querida por todos daquela cidade. Ontem, no velório, não pude estar presente, mas acho que metade da cidade, ou mais, esteve presente, porque, realmente, diversos filhos que tem... É uma mulher que realmente criou seus filhos bem, amada por todos, não só por seus familiares, mas por todos da minha querida Barra da Estiva. Então, D. Milu, que Deus a tenha em um bom local, que dê conforto aos seus familiares que ficam aqui.

Então, nobre presidente, é isso que eu queria deixar aqui registrado nesta Casa e obrigado aí pelo espaço neste Plenário.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Concedo a palavra ao deputado Targino Machado pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, senhores poucos deputados presentes, apesar do registro de 41 presenças no painel. Isso não podia ser diferente nesta Casa, não podia estar diferente esta Casa, e vou poder aqui hoje dizer por quê. Porque a vida da gente tem que ser tocada pelo exemplo. Senhores que nos assistem das tribunas, senhores bravos e honrados guerreiros “canarinhos” aí na resistência, brigando tenazmente contra a preguiça... (Palmas nas Galerias) Brigando tenazmente contra a preguiça e a leniência dos Srs. Deputados do Governo, que insistem em não entender que esta Casa não é para estar a serviço do governo, porque um dos princípios das constituições federal e estadual é o princípio da independência dos Poderes, que precisam ser autônomos e independentes.

Mas esta Casa... E estou aqui já desde 1995... Nunca vi uma Casa tão tolerante. Isto aqui não é uma Casa Legislativa. Isto aqui se transformou num apêndice de segunda categoria das secretarias de Estado. Manda quem pode, obedece quem tem juízo! E os Srs. Deputados estão aqui transformados em deputados-lagartixa, que só estão aqui para balançar a cabeça afirmativamente para o governo. Quando o povo diz que isso é por conta das “boquinhas”, os deputados não gostam! Não é? Interesses nada republicanos tocam esta Casa.

Observem, senhores, notadamente, aqueles que nos assistem através da *TV Assembleia*, as sessões ordinárias desta Casa precisam ser registradas em atas. Essas atas precisam ser, teoricamente, lidas e aprovadas aqui no Plenário. Assim era no passado. Hoje, nem lidas são. Mas imaginei eu, quando fiz um requerimento à Secretaria da Mesa solicitando a cópia das atas de todas as sessões do ano passado para cá, na vigência do mandato do atual presidente Angelo Coronel, que iria receber uma maçaroca desse tamanho de papel! Ao invés disso, aqui estão as atas de 1 ano e meio de sessões desta Casa.

Isto é uma vergonha! E vergonha maior está aqui assentado no espelho que o nosso gabinete produziu, folheando ata por ata. No primeiro período, de 6 de

fevereiro de 2017 a 28/06/2017, o presidente Angelo Coronel abriu apenas duas sessões. Observem como é grave isso! No período seguinte, que foi de 2 de agosto de 2017 a 28 de dezembro de 2017, o presidente abriu apenas uma sessão.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Este ano, no período compreendido entre 5 de fevereiro e 29 de maio, o presidente Angelo Coronel não abriu e nem fechou nenhuma sessão.

Isso é uma esculhambação! Isso não é um Parlamento! Por isso que está aí V. Ex.^a, fazendo um papel, deputado Adolfo Viana, que não deveria ser o seu, fazendo o favor!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Aqui quem deveria estar presidindo a sessão era o presidente da Casa, porque tem competência para tanto, tem legitimidade para tanto. Ou algum outro dos 14 membros da Mesa Diretora.

Aqui os deputados fazem uma questão doida de ir para a Mesa Diretora. Alguma coisa de bom deve ter, não é? Agora, não vem trabalhar. E está lá aquela faixa que já está registrada na minha retina. “Srs. Deputados, prestem atenção!”, “Srs. Deputados, Projeto de Lei nº 21.346/2015. Não aguentamos mais!” (Palmas) Servidor do Ministério Público é quem atende o cidadão carente. E aí vem aqui o deputado Marquinho Viana, puxando o saco do governador para ganhar uns votinhos, dizer que Rui tem que ser reeleito. Toma juízo, deputado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Concedo a palavra ao deputado Alex da Piatã pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, público presente que nos prestigia nas Galerias, servidores do Ministério Público, todos os servidores desta Casa, todos aqueles que nos acompanham pela *TV Assembleia*.

Sr. Presidente, eu venho aqui, hoje, tratar de um assunto que talvez não interesse a tantos dos meus colegas, mas vi a importância, que é tratar sobre a política da minha terra natal, da cidade de Conceição do Coité, quando...

E por isso eu vou fazer uma pequena retrospectiva: os nossos adversários, lá em Conceição do Coité, deputada Ivana, eles passaram 40 anos no poder e, em 2012, nós apresentamos um projeto – eu era à época candidato a vice-prefeito, ao lado do atual prefeito Assis –, mostrando para a população que nós tínhamos uma alternativa muito melhor para a cidade, muito melhor para as pessoas, para melhorar a vida das pessoas. E, naquele período, a população nos consagrou com uma grande vitória, em 2012, com mais de 3 mil votos de frente. E os nossos adversários não se conformaram e ficaram durante os 4 anos apostando num retorno, mas sem mostrar, de fato, um projeto concreto, melhor do que aquele que se apresentava.

E nós fizemos, durante os 4 anos, de 2012 a 2016... E eu tive a honra de, ao lado do prefeito Assis, além de vice, por 1 ano e 4 meses, ser secretário de Saúde, e

fazemos todo um projeto em cima daquilo que nós tínhamos nos comprometido com a população coiteense. Em 2016, colocamos para a população aquele projeto à prova, para que eles pudessem ir às urnas e dissessem se estava aprovado, se poderiam nos reeleger. E naquele período – eu já deputado –, entrou a minha esposa, Val, como vice-prefeita, em 2016. E eles vieram com a chapa e, como sempre, já cantando vitória antes do tempo, como eles têm feito sempre lá.

Tornaram a perder com quase 2.600 votos de frente, quando tivemos 22.198 eleitores coiteenses que confiaram e aprovaram aquele projeto e renovaram. Eles não se conformaram e continuaram a dizer que iriam voltar ao poder, dessa vez no tapetão, deputado Marcelino Galo. E assim estão fazendo. A todo momento cantam de galo e aí, deputado Joseildo, cantam vitória antes do tempo, dizendo que vão derrubar a chapa no tapetão. E assim está acontecendo lá, achando que podem cometer uma injustiça qualquer, como aconteceu com a presidente Dilma. E provou para a população que estava errado! E, hoje, o povo está quase que 100% arrependido.

E por falar em injustiça, cometem uma outra injustiça, que eu quero aproveitar aqui na tribuna e registrar a minha indignação também, quando eles... Recebi, hoje mesmo, algumas ligações em que eles estão comemorando antes, dizendo que vão derrubar na Justiça, no tapetão, porque têm um desembargador, o desembargador Salomão Resedá do lado deles, por trás, articulando tudo isso.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O que eu duvido muito, porque eu não acredito que um homem honrado como o desembargador Salomão Resedá seria capaz de manchar o nome dele, manchar o nome da família dele com uma atitude como essa. Duvido muito! E é isso que eu tenho respondido a todos que têm me ligado e dito isso, de que vão derrubar no tapetão porque têm o desembargador por trás articulando tudo isso.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Vão... Com sua tolerância, Sr. Presidente.

Eles não conseguem apresentar um projeto melhor, e eu deixo aqui, novamente, o meu recado: que se preparem para as urnas, porque agora, em 2018, vão perder novamente! Vão tornar a levar uma surra nas urnas porque não se preparam! Acham que podem ganhar antes do tempo e acham que podem ganhar com outras articulações. Vão perder novamente, agora, em 2018 e vão perder novamente em 2020.

Um abraço e muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Concedo a palavra ao deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO LULA:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Viana, nobres deputadas, nobres deputados, senhores das Galerias que nos visitam, servidores do Ministério Público, aqui, os nossos cumprimentos.

Mas eu queria também, deputado Alex da Piatã, ser solidário com as palavras de V. Ex.^a, para dizer que um dos melhores prefeitos da Bahia... Não é porque ele é do Partido dos Trabalhadores, mas um homem que teve, no exercício ali dos seus mandatos... Ele mesmo matriculou seus filhos na escola pública, que era a maior manifestação do ponto de vista de compromisso com a educação pública. Então, pouquíssimos políticos têm a coragem de fazer o que o nosso companheiro Assis fez em Conceição do Coité. Uma das melhores administrações já passadas por ali. Porque, agora, com o golpe, como já vem ficando aí, esses que não conseguem ganhar eleições livres e democráticas usam do Poder Judiciário para chegar ao poder.

Mas, aqui, eu gostaria mesmo de falar e registrar – e é nossa obrigação como presidente da Comissão de Direitos Humanos – o fato ocorrido no Shopping da Bahia, o antigo Iguatemi, que viralizou na rede. Ali, um vídeo – inclusive, expondo uma criança, coisa que não é permitida por lei –, onde aquele shopping trata a pobreza como se fosse doença. Então, a pobreza que é produzida pela exploração. Então, a pobreza é um produto da riqueza, como se organiza a exploração do povo nesse país.

Então, agora, eles querem selecionar até quem deve comprar! Porque se for para comprar para pobre, não pode. E, ali, um cidadão com seu dinheiro, da sua carteira, do seu trabalho, quis comprar ali uma refeição para uma criança pobre. E ali o segurança... E claro que a culpa não é da segurança! Eles estão usando agora o segurança, que é um trabalhador, como bode expiatório, mas todo mundo sabe que a orientação é da direção do shopping. É a direção de qualquer espaço que os ricos dessa sociedade ocupam, porque eles mantêm uma estratégia de higienizar socialmente, porque eles não querem a pobreza nem ali, comprando um alimento para uma criança pobre.

Então, aquele ocorrido ali, a gente tem que tomar a posição. Nós vamos fazer uma interpelação para que aquele shopping se explique. Nós já procuramos a Comissão de Direitos Humanos do Estado, a parte daquela secretaria que trabalha nos programas de proteção às crianças, porque aquela criança não estava agredindo ninguém, não estava em nenhuma situação ilegal.

Então, que país é esse que se permite a um ocorrido como aquele? Então, a sociedade, cada vez mais, vai ficando complacente com esses atos de violência praticados justamente por aqueles que enriqueceram em um dos países mais desiguais do mundo, onde os pobres são mais de 80%. E ali não podem nem mais comprar, porque ali foi comprar. A criança estava ali no seu direito de passear naquele espaço. Mas não é permitido por uma elite perversa, que é capaz de cometer um crime como esse de forma pública! Não tem nem vergonha! Nem vergonha! Mas, se eles não têm vergonha, nós precisamos ter. E nós precisamos tomar posição rigorosa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Quem sabe também a Justiça aja, porque temos motivos suficientes para que aquilo nunca mais aconteça no espaço público do nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Concedo a palavra ao grande radialista e deputado estadual, deputado Carlos Geilson, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, colegas da imprensa, senhores que nos visitam, funcionários do Ministério Público, guerreiros e guerreiras que não desistem. (Palmas) Mais cedo ou mais tarde vão conseguir sensibilizar o governo, para que possamos votar e aprovar o Projeto 21.346/2015. Mas quero aproveitar também o dia de hoje, dia especial, Dia dos Namorados... Que todos possam aproveitar da melhor maneira possível.

O PT é interessante. E eu acabo desconfiando que foi o PT que criou *fake news*, notícias falsas, notícias inverídicas. Não é que o PT saiu dizendo que o papa Francisco mandou um terço para o ex-presidente Lula, prestando a sua solidariedade?! E agora o Vaticano diz: o papa Francisco não mandou terço nenhum. E como fica essa “petralhada” inteira divulgando essa notícia falsa?! Será que vai aparecer nas redes sociais para pedir desculpas e dizer que caiu no conto do *fake*? Será?! Esperamos que algum petista tenha a sensibilidade de pedir desculpas e reconhecer que caiu no *fake news*, uma notícia mentirosa.

(Lê) “Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, há quase duas semanas, após o fim da greve dos caminhoneiros, que paralisou o país, causando desabastecimento, prejudicando a economia e trazendo enormes transtornos à população, o preço do diesel continua alto em grande parte dos postos de combustíveis da Bahia.

Muitos empresários do setor ainda resistem a aplicar o desconto de R\$ 0,46 no preço do litro do diesel, estabelecido como parte do acordo entre o governo e os caminhoneiros para o fim da paralisação.

Ontem, fiscais do Procon da Bahia estiveram em 21 postos de combustíveis de Salvador e notificaram 14 deles por não estarem vendendo o combustível com o preço reduzido.

Vejam bem, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, apenas um, em cada três postos de combustíveis inspecionados pelo Procon, estava aplicando a redução de preço determinada pelo governo.

Tomando-se como base o valor médio do diesel no dia em que a greve dos caminhoneiros foi desencadeada, o valor nas bombas de Salvador deveria ser de R\$ 3,17 o litro, após o desconto de R\$ 0,46.

Mas há postos que ainda não estão aplicando o desconto, desafiando o governo e despertando a ira dos caminhoneiros. A operação de fiscalização continua nesta terça-feira e se prolongará até o fim da semana, alcançando inclusive cidades do interior, como Juazeiro, Barreiras, Vitória da Conquista, e espero também que aconteça na minha querida Feira de Santana.

Os postos flagrados vendendo o combustível pelo preço antigo poderão ser multados em até R\$ 6 milhões, a depender do tamanho do estabelecimento. A multa é elevada, mas a irregularidade continua e os empresários não estão temendo a fiscalização do Procon. Daí a minha dúvida, Sr. Presidente: o que querem os donos de

postos combustíveis ao deflagrar e ao desafiar o governo e despertar a ira dos caminhoneiros? Querem ver o circo pegar fogo? Ou é simplesmente usura, ganância?

Qualquer que seja a resposta, o fato é que esses empresários...”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Ao agirem desta forma, acabam ajudando aqueles que torcem para que o caos se estabeleça neste país, se aproveitando da fraqueza do governo federal, se aproveitando da conivência e da esperteza do governo da Bahia, que não pressiona para que os preços sejam reduzidos conforme estabelecido no acordo entre os grevistas e o governo federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Concedo a palavra ao deputado estadual Bobô, pelo tempo de até 5 minutos, ao tempo também em que dou boas-vidas aos servidores do Ministério Público da Bahia que lutam de maneira ordeira e legítima pela aprovação do Projeto 21.346/2015. (Palmas)

O Sr. BOBÔ:- Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, deputados e deputadas. Eu quero fazer uma saudação também, aqui, à imprensa, aos servidores do Ministério Público do nosso querido estado da Bahia, (Palmas) aos servidores também do Judiciário que estão circulando aqui nos corredores desta Casa.

Enfim, Sr. Presidente, eu quero, hoje, me congratular e, ao mesmo tempo, manifestar a minha alegria em função da visita do governador Rui Costa à minha querida cidade, Senhor do Bonfim, minha cidade natal, no próximo dia 14, ou seja, depois de amanhã. E eu estarei acompanhando a comitiva do governador, até por conta dos anúncios que o governador fará na nossa cidade e na região.

Eu acho... Nós esperamos muito tempo por esse momento e investimentos de uma grandeza, realmente, extraordinária... E aqui a gente fica muito feliz por ter defendido parte desses investimentos na região Norte do estado e, em especial, no Território do Piemonte Norte do Itapicuru, um território que compõe cerca de nove municípios e onde o Senhor do Bonfim é o município maior e, obviamente, terá um volume de recursos também superior.

E eu quero aqui fazer um relato desses investimentos, que acho que são, realmente, fundamentais. Alguns na questão da infraestrutura, desde a área de saúde, saneamento básico, calçamento, agricultura familiar. Enfim, há uma diversidade de investimentos. Mas eu quero fazer um registro do que eu acho que é o mais importante disso tudo, que era um sonho do território, cerca de 305 mil pessoas moram naquele território, que são os investimentos na área de saúde. E a gente sabe o quanto são importantes esses investimentos. E nós esperávamos que isso já pudesse ter acontecido há décadas atrás. E, agora, só nesse momento que esse grande governador Rui Costa assumiu a responsabilidade, o compromisso com a nossa população – sobretudo do território – e, depois de amanhã, fará os anúncios tão esperados. Isso vai desde a policlínica, ou seja, a assinatura da ordem de serviço da

policlínica de Senhor do Bonfim e território, porque ela é regional; a reconstrução e modernização do hospital regional também do município, um hospital regional com a instalação, também, de UTI, de leitos de UTI, serão 20 leitos de UTI.

Portanto, fazendo uma composição, o governador anunciou investimento em Jacobina, também no Hospital Regional de Jacobina, com 20 leitos de UTI; investimento em Senhor do Bonfim, 20 leitos de UTI, e investimento em Juazeiro, também no Hospital Regional de Juazeiro. Portanto, a gente tem uma saúde regional com mais infraestrutura, com mais investimento e com mais capacidade de atendimento à população local. Portanto, além desses investimentos, ele também entrega a UPA totalmente equipada. E, aí, nós teremos, verdadeiramente, uma saúde de excelência no território.

Há décadas, há décadas – e eu quero que fique esse registro – que a gente esperava esses investimentos. O governador Rui Costa será o governador que mais fez investimento na saúde daquela região. Só na quinta-feira, ele anunciará R\$ 32 milhões em investimentos na saúde pública do nosso território.

Portanto, a gente fica extremamente feliz. É óbvio que eu estou pautando essa visita mais na área de saúde, mas também tem investimentos dos mais variados possíveis, que nós também entendemos que são, verdadeiramente, significativos. Mas Luciano, que é da nossa região – não é isso, Luciano – sabe o quanto a gente reivindicou, cobrou, exigiu, encaminhou, enfim, debateu os investimentos nessa área, que é, verdadeiramente, o nosso calcanhar de Aquiles do território.

Portanto, fica o registro de agradecimento a esse grande governador, de reconhecimento do trabalho de excelência na área de saúde da Bahia. E fica também o agradecimento...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) em especial, de toda a população do território do Piemonte Norte do Itapicuru por esses grandes investimentos e os avanços que a saúde regional naquela região nossa e na microrregião tem conquistado com o excelente governador Rui Costa.

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Concedo a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, ao deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Houve uma troca.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Em permuta com o deputado José Raimundo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, os presentes nas Galerias Paulo Jackson, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer breves registros no Pequeno Expediente. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o prefeito Deca, de Rio do Antônio; o prefeito Gil Rocha, de Guajeru; Beto Maradona. Ontem, tivemos o

privilegio de estar naquela cidade ao lado da deputada Ivana Bastos, do deputado Marquinhos Viana e da representação do governo do estado; o secretário Cássio Peixoto; Dr. Ubiratan, da Embasa; o Dr. Paulo Leto, também da Embasa Regional de Jequié, ao lado de vereadores, lideranças comunitárias, celebrando uma obra que há muitos anos aquela região reivindica, e que agora com o governador Rui Costa está concretizando.

E eu costumo dizer, efetivamente, que quem faz a obra é o governador, é o prefeito, é o presidente, são seus órgãos diretivos, executivos. Mas nós, parlamentares, – não é, Ivana Bastos? – temos o papel de lutar, de trabalhar. E nesse particular o deputado federal Waldenor Pereira, já há alguns anos, vinha lutando, batalhando no âmbito federal e estadual para muitas obras de infraestrutura hídrica em toda a Bahia.

Ontem, o governador Rui Costa autorizou uma obra de aproximadamente 7 milhões, que vai levar a água da Barragem do Truvisco, através de uma adutora, até Rio do Antônio, e dali manter o abastecimento também de Guajeru, que hoje já se nutre daquela infraestrutura hídrica de Rio do Antônio. E com isso o governador Rui Costa vai, gradativamente, fechando todas aquelas demandas na região.

Wagner iniciou a grande adutora do Rio São Francisco, hoje chega à Caetité, logo, logo em Lagoa Real, também Rio do Antônio. Em outras regiões o governador tem investido de forma extraordinária. Em Vitória da Conquista, que há 3 anos passamos por uma situação de, diria, perigo até porque houve racionamento, o governador construiu duas adutoras no Rio Catolé e agora no Rio Gaviãozinho, e anuncia já o início das obras da Barragem do Rio Catolé no valor de R\$ 130 milhões.

Por isso, a Bahia pode, diria, agradecer não apenas aos santos, às entidades superiores, mas também às políticas públicas na área de saneamento e de infraestrutura hídrica. Com recursos próprios a Embasa está fazendo essa obra, uma vez que o governo federal inclusive tinha um convênio assinado com a Secretaria de Recursos Hídricos, mas o governo federal – infelizmente, depois do golpe, todos os projetos da Bahia vêm sendo praticamente desprezados – e o governo federal suspendeu o convênio que iria levar recursos para poder fazer essa barragem.

E agora com a decisão do governador Rui Costa, a obra será executada e beneficiando, portanto, os dois municípios que passam por uma situação, diria, um tanto quanto desconfortável em termos de abastecimento de água.

Não é diferente com relação a Jânio Quadros, não é diferente com relação a Maetinga, com muitas ações do governo, sobretudo agora também anunciando uma adutora do Rio Gavião para chegar até Maetinga, e de lá a Jânio Quadros. Provisoriamente, esses dois municípios têm sido abastecidos com postos tubulares com extensão de redes da Embasa, de poços artesianos para que a gente possa, efetivamente, não é? Garantir água e bem-estar para a população do Semiárido.

Por isso, Sr. Presidente, nobres deputados, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, a Bahia mesmo numa crise dramática de corte de recursos federais, os estados brasileiros, todos eles, com problemas sérios.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) até mesmo de pagamento de folhas de funcionários, e a Bahia registra o governador Rui Costa como o governador que mais tem realizado compromissos e entregado obras para a qualidade de vida da nossa população.

Portanto, parabéns, Luís Antônio! Parabéns, Deca! Parabéns, Gil Rocha! Parabéns, governador Rocha! Parabéns ao deputado federal Waldenor Pereira, que tem sido um incansável deputado federal...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) colocando emendas e recursos para fortalecer as políticas sociais dos municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Concedo a palavra a deputada Ivana Bastos pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a IVANA BASTOS:- Boa tarde, Sr. Presidente, o pessoal das Galerias aqui presente, dizer do meu apoio ao Projeto de Lei nº 21.346/2015, dizer também da luta de vocês. Eu acho que a gente não pode desistir. Tem eu acho que uns 2 meses que a gente se encontra sempre aqui, nas terças-feiras, e eu brinco que eu falo que não venho de amarelo porque eu acho que sou muito branca e não fico bem de amarelo, mas daqui a pouco eu vou em uma audiência, e na hora que começar a votação, voltarei com essa camisa. E sucesso! Vamos em frente! Acreditando! Porque sozinho a gente não faz nada. E a união de vocês, com certeza, será sucesso. (Palmas)

Eu quero aqui iniciar cumprimentando o nosso querido colega deputado Ubaldino, o aniversariante de hoje. O aniversariante do Dia dos Namorados. Eu acho que para a sua esposa é que é meio complicado, porque terá que te dá dois presentes. Mas é o dia que a gente comemora o amor e daí parabéns! Quero cumprimentar a todos os casais, e eu acredito que quando a gente está bem em casa, a gente está bem com o amor, a gente está bem com a vida.

Gostaria de cumprimentar o prefeito Reinaldo Góes, prefeito do município do Iuiú. Nós estivemos em Iuiú, no último sábado, eu, o secretário Desenvolvimento Rural, Jerônimo Rodrigues, e diversas lideranças no distrito de Pindorama. Aquele município já foi o celeiro do algodão, onde Guanambi era o produtor número 1 do Brasil de algodão. E ali nós sofremos a grande crise do bicudo e hoje surge novos horizontes naquela região com a produção de minipepinos, em parceria com a indústria de alimentos Hemmer, que é uma indústria de mais de 100 anos de Santa Catarina. O município do Iuiú está plantando hoje o que corresponde a 40% da produção da Hemmer de pepinos envasados. Nós estivemos lá na inauguração de duas câmaras frias, onde a cultura do pepino, a partir do dia que planta até o dia que colhe, são 32 dias. Depois de colhido, ele tem ficar no máximo 72 horas para ser envasado.

A empresa Hemmer, já está olhando um espaço no município, já está olhando o terreno. Fomos na SDR, estivemos com o secretário Jerônimo Rodrigues, e com o apoio incansável dele, faremos com que essa empresa se instale no município do Iuiú.

Hoje, mais de 400 empregos estão sendo gerados com a produção do pepino. E eu só peço a Deus que me dê vida e me dê saúde para que eu possa ver essa empresa instalada ali naquele município, e que será, com certeza, uma grande mudança naquela região.

Quero aqui também, o deputado Marquinhos Viana já falou, o deputado Zé Raimundo já falou, sobre a nossa ida ontem no município de Rio do Antônio. Está ali no meu gabinete, o prefeito Deca, e ele deve estar nos escutando. Quero parabenizá-lo pela luta, pela coerência, e por não deixar de acreditar que, com muita força, iremos conseguir realizar um grande sonho no município de Rio do Antônio, sonho que todos nós sonhamos.

O sonho, quando é sonhado junto, torna-se realidade: a água chegando ao município de Rio do Antônio, a água que virá da Barragem do Truvisco, que é da Barragem de Caculé, da terra do deputado Luciano Rodrigues, que jogará na Barragem Lagoa da Horta, e que atenderá ao município do Rio do Antônio. Desculpe, quis dizer, deputado Luciano Ribeiro: “Mate o homem, mas não troque o nome dele”.

Essa é uma obra que também, através do governo do estado, vai vir uma adutora, que é a Adutora do São Francisco, Adutora do Algodão, que já atende Guanambi, já atende aquela região, vai chegar à Lagoa Real e a Ibitira. Então, ontem foi um investimento de mais de R\$ 7 milhões do governo do estado.

É por isso, deputado Targino Machado, que a gente precisa manter o que está bom.

É por isso que a gente precisa manter...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o que está dando certo. Então, o governo Rui Costa está dando certo.

E hoje, foi assim-só 1 minuto, Sr. Presidente-, uma emoção muito grande quando estivemos no auditório da Seinfra, onde o governo estava assinando um convênio de parceria com o Instituto Avon e com o Hospital do Amor, que é o Hospital de Barretos, onde a gente vai poder ter as carretas de prevenção de exames do câncer de mama nas policlínicas.

E eu ali me emocionei muito...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque só quem tem uma pessoa com câncer na família, é que sabe como é duro. Estou enfrentando aí com minha mãe... e a gente vê que a gente precisa prevenir, que a gente precisa desse apoio.

Parabéns ao governador Rui Costa! Parabéns ao Instituto Avon! Parabéns ao Hospital de Barretos!

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Targino Machado pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Estou lhe ouvindo, deputada Ivana. Fique tomando seu café aí, despreocupada, porque eu entendo o exercício que os senhores fazem, e respeito a elucubração verbal trazida a esta tribuna no sentido de bajular S. Ex.^a o governador. Mas estou aqui para bajular e puxar o saco do povo da Bahia.

Essa história de trazer camisa amarela, isso é conversa fiada para enganar a torcida. A camisa não é amarela do Ministério Público. Ali, deputada Ivana, é melhor ficar vermelho por 5 minutos falando a verdade do que amarelo o resto da vida. V. Ex.^a ficará amarelo o resto da vida, porque é competência e obrigação da sua bancada trazer o projeto para o Plenário e aprovar. Vamos falar, vamos falar sério!

Srs. Deputados, senhores que me assistem através da *TV Assembleia*, é um pleito difícil vir aqui, assumir esse papel nesse teatro em que se transformou a Assembleia da Bahia e falar para uma plateia vazia, onde deveríamos estar aqui num ambiente efervescente, discutindo tantos e tantos problemas e tantas e tantas mazelas do povo da Bahia.

Mas alguns dizem que eu sou um velho sonhador, outros dizem que eu sou doido. Eu devo ser mesmo uma coisa e outra, não é? Mas eu vou ficar muito preocupado é quando, não é quando eles estão falando mal de mim; eu vou ficar muito preocupado no dia em que alguns deputados desta Casa estiverem falando bem de mim. Aí eu vou ficar preocupado, muito preocupado! Porque: “Diz-me com quem andas que eu te direi quem és”. É um velho adágio popular que meu avô materno gostava muito. E ele emendava assim e dizia: “Quem com morcego se acompanha dorme de cabeça para baixo”. Eu não estou aqui para entregar, render as minhas ideias à preguiça e à irresponsabilidade que está dominando esta Casa.

Os policiais e os professores da Bahia esperam que apareça um candidato a governador que se comprometa verdadeiramente, de preferência colocando o preto no branco, em pagar as URVs que Rui Costa se comprometeu em pagar e não pagou. Sem blá-blá-blá, sem essa conversa de ir para a imprensa dizer que, se ganhar a eleição para governador, vai fazer o estudo para pagar. Enfim, para não pagar! Não houve estudo nenhum!

Policiais e professores, agora é a hora dos senhores, é a hora da cobrança. Não votem naquele candidato a governador que não se comprometer em pagar as URVs. O patrimônio maior do governo da Bahia não é ou não são os cofres da Secretaria da Fazenda, e, sim, os funcionários públicos da Bahia. URVs já!

Tenho sido teimoso, tenho sido chato, tenho sido recorrente ao trazer a este Plenário a escalada da violência na Bahia, que tem se transformado em verdadeira guerra civil, com resultados estarrecedores. Média, observem, média de 20 homicídios por dia no estado da Bahia. Ou seja, 20 pais e mães pranteando os seus

filhos, todos os dias, pela incapacidade do governador de assumir o seu papel constitucional de garantir a segurança pública. Nenhuma intervenção efetiva do Sr. Governador Rui Costa, a quem cabe por norma constitucional garantir segurança ao cidadão.

Que fotografia feia, observem! Que fotografia feia deste Plenário vazio! E eles não querem que eu fale para não expor as mazelas da Casa, mas eu não sou baú para guardar segredo.

Os operadores da segurança pública, policiais civis e militares, estão insatisfeitos com o comando da Secretaria de Segurança Pública da Bahia. Com tantos militares de diversas patentes e delegados de carreira que foram formados para o seu mister de dar segurança à população, preteridos do posto mais alto da segurança pública da Bahia, justamente para, em lugar deles, colocarem um estagiário em segurança pública, o delegado da Polícia Federal, Maurício Teles Barbosa, que nunca vivenciou o dia a dia da segurança pública e que, apesar de tudo, já desembarcou na Bahia trazendo na bagagem a acusação da deputada Cidinha Campos, do Rio de Janeiro, de ter prevaricado e participado de formação de quadrilha. Foi trazido para cá com o argumento de que a segurança pública da Bahia precisava de investimento na inteligência por alguém que conhecesse a inteligência, na qual a Polícia Federal dispõe de larga experiência, é fato.

Então, o delegado da Polícia Federal, Maurício Barbosa, está há mais de 7 anos no cargo. Eu pergunto: onde está a inteligência? Que inteligência é essa que só acumula resultados negativos para a secretaria? Então, Sr. Governador, o que justifica a permanência deste secretário no cargo? Rui Costa, V. Ex.^a precisa se defender, ou vir a público defender o Maurício Barbosa, ou defender o estado da Bahia. Através do seu governo, ele não consegue dar segurança aos seus policiais. Imaginem a população comum?!

Quantas pessoas ainda vão ter que morrer assassinadas? Quantos policiais ainda vão ter que tombar abatidos pelo crime para V. Ex.^a, governador Rui Costa, se manifestar? Ocorreu o que ocorreu na madrugada de sábado para domingo. O cabo Gustavo foi assassinado com tremendo sadismo. E eu quero dizer aos senhores: eu sou médico, não sou *expert*, não tenho nenhuma expertise em segurança pública, mas não sou doido.

Observem, todo mundo aqui conhece aqueles três bonequinhos, onde um está com as mãos nos ouvidos, outro nos olhos e outro na boca. O que fizeram com o cabo é simbólico. Observem que filmaram tirando, arrancando as orelhas. Filmaram arrancando-lhe os olhos. Tudo isso ele vivo. Filmaram lhe arrancando a mandíbula, depois disso ainda lhe abriram o tórax e o abdômen e lhe retiraram o coração.

Isso tem alguma simbologia que eu não quero entender. O delegado da Polícia Federal, Maurício Barbosa, que é o secretário de Segurança Pública, que veio para aqui há 7 anos, completou em fevereiro, para aprimorar a inteligência, e eu acho que precisa. Não dá para se fazer segurança pública sem investimento em inteligência, porque o bom policial não é o que mata. O bom policial não é o que prende. A boa

polícia é aquela que chega no bandido antes que ele cometa o crime, o homicídio. E isso na Bahia não está acontecendo.

Para o Sr. Governador Rui Costa, quanto vale a vida de um baiano? Tem preço? O preço é o silêncio de V. Ex.^a? O senhor está brincando com coisa séria, Sr. Governador! Saia das propagandas enganosas, pagas com o nosso dinheiro, dinheiro dos baianos! Venha para a triste realidade vivida por cada um de nós, que não mora como V. Ex.^a no Palácio de Ondina, protegido por um pelotão de mais de 100 policiais para proteger três pessoas: o governador, a primeira-dama e o seu filho ou filha.

Faça investimentos reais em segurança pública. Não queira enganar o povo em dizer que contratou novos policiais para aumentar a tropa, porque é mentira. O número de novos policiais militares, que foram agora contratados pelo governo, é inferior ao número de policiais afastados da tropa por morte ou aposentadoria no período entre um concurso e outro. As viaturas que V. Ex.^a, governador, finge entregar, na verdade, não são novos carros, são carros, viaturas alugadas para substituir os velhos carros inservíveis, já emprestáveis. Fala a verdade, governador. Por que será que o governador Rui Costa não pode exonerar o seu secretário de Segurança Pública? Será que embaixo desse angu tem carne? Será que tem algo, que esse secretário sabe de alguma coisa que nós, os mortais, não sabemos? Enquanto isso, a imprensa da Bahia noticia: “Os números não mentem! Bahia contabiliza 1.993 mortes violentas nos primeiros 4 meses.”; *“Atlas da violência 2018: Taxa de homicídio na Bahia cresceu 97,8%.”*; Bahia Notícias: *“Bahia é o estado que mais mata jovens; taxa cresceu 123,8% em 10 anos”* – os 10 anos do PT; *“Atlas da violência: Bahia é o estado onde mais se morre por arma de fogo”* – e continua a imprensa; *“PM morto por requintes de crueldade é sepultado por amigos sob forte emoção”*.

E li aqui, ontem, uma nota exarada do punho escritor de um policial, onde ele deu o seguinte título: “A nossa cortina está sendo rasgada”. Abre aspas: (Lê) “As forças de segurança pública são a cortina de proteção da sociedade para a manutenção da ordem pública. A segurança da comunidade e o estabelecimento do nosso tão requerido Estado Democrático de Direito. Acontece que, por conta da inércia e incompetência dos governos, em todas as suas esferas, federal e estadual, essa cortina de proteção, por vezes, tem sido rasgada. Esta mesma cortina é o que separa e protege a população da criminalidade. Essa semana mais dois guerreiros se foram, vítimas da violência brutal e covarde, vítimas da falta de políticas públicas no combate à violência, vítimas de um Judiciário falido e da falta de legislações duras que possam intimidar os criminosos. A Bahia registra dados alarmantes de um dos estados com o maior número de mortes violentas no país. Onde iremos chegar? Cadê o Ministério Público, o Poder Judiciário? Cadê os órgãos de proteção dos direitos humanos?”.

Na verdade, eu quero fazer um parêntese para dizer que direitos humanos, no Brasil, só quem tem direito é o bandido. Só os bandidos! Eu não vi uma manifestação pública mais contundente na imprensa, estadual ou nacional, em protesto, em indignação pelo que fizeram com o cabo Gustavo. Não foi decretado pelo governo luto oficial, mas precisava, porque ele precisa ser transformado em herói! Ele precisa

ser transformado num marco divisor da segurança pública da Bahia, para que o governador tome vergonha na cara e entenda que a polícia não é para morrer, é para ter garantias para dar garantias à sociedade, para proteger a mim, os meus filhos, os filhos dos meus filhos e os filhos dos senhores todos!

Ó, o seu mandato não vai demorar para sempre, governador Rui Costa! O senhor não vai ter a proteção do estado, diferentemente do cidadão comum, como V. Ex.^a tem, para a vida toda. Tudo passa.

E continuo a leitura: (Lê) “Cadê a mídia...” – observem o desabafo de um policial – “Cadê a mídia que não noticiou a morte violenta dos policiais militares da Hora e o cabo Gonzaga? Este último sendo torturado e arrancado o coração, como divulgaram, por exemplo, o caso da vereadora Marielle?” – Ótimo que tenham divulgado aquele assassinato da vereadora, formadora de opinião, um membro da Câmara de Vereadores do estado do Rio de Janeiro. Só o que tem que ser reverberado na imprensa é o que acontece no Rio? Na Bahia, não? A vida do cidadão no Rio vale? A vida do cidadão na Bahia não vale nada? Esta é a indignação! E conclui – “(...) Estamos em luto! Soldado Gilvan, de Jequié.”

Os meus aplausos para o soldado Gilvan. E observem, nós que vivemos nesta Bahia, eu que sou nativo, porque aqui vivi a vida toda, em Salvador, tenho que suportar isso: “Salvador e Região Metropolitana têm final de semana mais sangrento do ano: 29 homicídios.”

E cadê o governador? Alguém podia gritar daí: e tem? Acho que não tem. Cadê a Assembleia da Bahia que não toma vergonha na cara? Eu não estou aqui para fazer favor aos Srs. Funcionários do Ministério Público. Eu estou aqui com o múnus parlamentar, com a prerrogativa de deputado. Não quero ser elogiado por estar aqui, porque é o meu dever, a minha obrigação. Quem está ajoelhado tem que rezar!

Agora, cadê os outros? Será que a culpa hoje é da simbologia da data? É o Dia dos Namorados. A presença não vai ser batida aqui, vai ser batida onde? Nos hotéis? Nos motéis? Não gostam quando eu falo. Mas eu não estou aqui para agradar nem desagradar ninguém. Eu estou aqui para ser fiel ao meu discurso, às minhas ideias, aos meus ideais que desfilei em praça pública. Não tenho estrela nem constelação, nunca tive a me proteger. Não tenho que tirar boné nem bater continência para liderança maior nenhuma! Aqui, bato em quem merecer, bato em quem merecer! Estou aqui, hoje, para dizer aos senhores que me assistem através da *TV Assembleia* que, para decidir o meu voto, o meu apoio, preciso ver um candidato a governador assumir o compromisso público com o povo da Bahia de diminuir, pelo menos a metade, o ICMS sobre a gasolina, porque isso mexe com a vida de todos os baianos.

Enfim, vamos eleger um novo governador somente para mudar os nomes dos ocupantes das secretarias de estado e demais cargos públicos? Não! Isso é a mesmice do que temos assistido ao longo tempo na Bahia! Isso é como mudar as coleiras, e manter os cachorros nos mesmos lugares! Precisamos de novo governador e de novos métodos de governo! Estamos de olho!

Fica a intimação do povo da Bahia, que eu represento: que apareça um candidato a governador comprometido com a ética; com o combate sistemático à

corrupção; com a preocupação com o bem-estar da população; com a disposição de baixar o preço do combustível, pois R\$ 1,30 de cada litro de gasolina vendido nos postos do estado da Bahia está indo para o cofre do governo estadual. Isto é roubo! Não posso me conformar.

E quero mandar um outro recado: os funcionários públicos da Bahia esperam que apareça um candidato a governador que tenha a coragem de convocar uma coletiva de imprensa para, através dela, comunicar ao povo da Bahia que, se ganhar a eleição, irá repor todas as perdas salariais dos funcionários públicos do estado da Bahia que não tiveram, sequer, a reposição salarial nos 4 anos do governo Rui Costa. Sem blá-blá-blá! Sem conversa fiada! Queremos ver um candidato a governador assumir esse compromisso publicamente. Afinal, para que serve o dinheiro público no cofre da Secretaria da Fazenda...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) se o funcionário público está passando dificuldades?

Vergonha na cara, governador Rui Costa! O maior patrimônio de um governo não é o dinheiro no cofre! O maior patrimônio de um governo são os seus funcionários!

Esta Casa precisa respeitar os senhores! Isto aqui é só um segmento prejudicado. Bravos e honrados guerreiros...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) fiquem espertos, porque aqui tem muito é Satanás pregando Quaresma, né? Se estivessem do lado dos senhores, esse projeto já não estaria no terceiro ano a ser apreciado nesta Casa. Tanto dinheiro jogado fora.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Concluo, Sr. Presidente. A não ser que V. Ex.^a queira um aparte!

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Não. É que o seu tempo acabou.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder da Maioria ou o representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Sr. Presidente, falará no horário do PSB o nobre deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO LULA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, deputado Zé Raimundo, V. Ex.^a esqueceu o meu nome, mas lembrou imediatamente, (riso) ainda bem. Senhores e Senhoras do Ministério Público que ora ocupam essas Galerias, Srs. Servidores, imprensa, *TV Assembleia*, amanhã nós

estaremos realizando uma audiência pública no Teatro Vila Velha, esse espaço cultural importante da nossa cidade. Ali tem uma história; ali um é celeiro de grandes artistas nesta terra aqui; ali estão os nossos grandes compositores, os nossos grandes cantores. Os nossos grandes atores estiveram ali presentes naquela Casa.

Então, no dia 13 de julho, o Teatro Vila Velha completa 54 anos. Então, nós temos que fazer essa homenagem. É um espaço, também, não só de espetáculos, mas de resistência democrática. Ali houve grandes manifestações contra a ditadura, que teve a sua ação funesta em levar a censura, a censura aos nossos principais artistas.

Então, por ali passou Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Bando Olodum e outros. Enfim, todas as linguagens culturais: a dança, a música, o teatro. E nós estamos vivendo um efeito contrário. Nossos espaços culturais estão, todos eles, sendo fechados, comprados, virando ali outros centros de grandes cultos, e nós não podemos prescindir. A cultura é estratégica na vida do ser humano, é através da cultura que ele civiliza, que ele estabelece relações com a natureza, que ele estabelece relação com o outro. Então, o ser humano para se humanizar precisa ter acesso à cultura.

Essa audiência pública, que é conjunta com a deputada Neusa Cadore, que também faz esse esforço de apoiar a cultura do nosso estado, é justamente para que a gente faça essa homenagem, mas, principalmente, para que a gente lute para preservar, porque ali está sendo ameaçado de fechar também. Ali à frente aquele palácio, que já foi Palácio do Governo, tem o jardim. Imagine a gente perder o nosso Teatro Vila Velha, aquele espaço que está situado num espaço que também é histórico, é histórico.

Então, nós precisamos assumir a parte que nos cabe, no sentido de preservar aquele espaço e os outros do nosso estado. Senão, nós não teremos aquele espaço precioso de lutas democráticas do nosso povo.

Então, ali partiram... Grandes atos se realizaram, grandes atos contra a ditadura. A UNE também teve a oportunidade de estar naquele espaço. Então, é um espaço político cultural que, na verdade, precisa desse apoio. Deputado Luciano Simões, sei que V. Ex.^a tem um interesse muito grande pela cultura.

Então, amanhã, às 9h, eu convido aqui nossos deputados e nossas deputadas a participarem. Ali vai haver uma manifestação dos diretores do teatro, eles vão fazer esse diagnóstico da realidade desses 54 anos de grandes vitórias, mas também das grandes dificuldades desse momento. E, principalmente, pela realidade que nós vivemos. O mundo da cultura é que é o primeiro a ser atacado.

Então, é um período de ditadura neoliberal. Aqui se fala muito da política, mas a política está subjugada, foi um golpe para implantar um programa, e esse programa não seria implantado com o regime democrático, porque se fosse eleições, o trabalhador nunca votaria num governo que suprime direitos, com cortes de direitos nunca visto na realidade desse país. Acho que só há um similar na realidade do mundo, na história do mundo, que foi a dissolução – aí, claro, não entendendo, não como o ciclo completo – da União Soviética.

Então, essa referência do mundo socialista e da velocidade como ela se dissolveu, como se destruiu aquele regime político.

Então, o Brasil hoje passa por essa situação. Em menos de uma semana se entregou o petróleo, a maior riqueza energética que o mundo precisa hoje, e aí, os Estados Unidos chegou aqui. Isso é uma vergonha para uma nação! Como se organizou um golpe, adestrou aqueles que fizeram esse golpe, levaram para os Estados Unidos, treinaram, deram prêmios, e aqui eles realizaram esse papel sujo de entregar a riqueza maior, que hoje é uma necessidade do mundo.

Para os Estados Unidos tomar o petróleo do Iraque, foi uma guerra sangrenta, porque aquele povo resistiu! Um país que está sentado na maior reserva do mundo, que é a Venezuela, eles não conseguiram tomar. No entanto, aqui nesse Brasil, no nosso Brasil, um dos países mais ricos, mais diversos do mundo, em uma semana, esses entreguistas, nojentos, entregaram aos americanos uma riqueza das águas profundas dos nossos mares, de tecnologia produzida por cientistas, por técnicos dessa nação que estudaram e foram capazes. E aí, a criminosa *Rede Globo*, seus analistas políticos disseram que não tinha petróleo; depois disseram que não era capaz, que não tinha condição econômica para explorar; depois disseram que tinha que comprar tecnologia no exterior. Mas o Brasil com a sua inteligência, com aqueles que estão comprometidos com essa nação, realizou. E, ali, passou a deter a terceira maior reserva do mundo, com capacidade para ser explorada. Agora, como é que se toma isso, parecendo que está tirando um sorvete ou um picolé da mão de uma criança?

Que nação somos nós? Que elite política? Porque o povo vive subjugado, tem a herança da escravidão. Então, uma elite escravocrata, que era dona de seres humanos, como instrumento de produção, continua pensando da mesma forma. E eles, deputado Zé Raimundo, não têm um projeto de nação. A burguesia brasileira se associou, hoje ela está ali fazendo tudo o que o capital internacional quer fazer neste país. Por isso que eles atacam, censuram a área da cultura, porque ali é um espaço de construção de inteligência, de cultura, de resistência do nosso povo.

Então, aqui a nossa homenagem àquela casa de resistência, de cultura, de produção, de civilização do nosso povo, do povo da Bahia...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO LULA:- (...) que é o Teatro Vila Velha. Viva o Teatro Vila Velha!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo, ou da Maioria, ou Líder do PP para falar ou indicar orador por até 10 minutos.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Por todo o tempo, Sr. Presidente, falará o nobre deputado Angelo Almeida.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, quero aqui saudar todos os presentes, sobretudo os que estão nas Galerias, que lutam por conquistas e por avanços das categorias. Eu que sempre trato deste assunto aqui, procuro tratar com muita responsabilidade.

Nós temos aqui um pleito de 2015, quando este projeto foi protocolado e encaminhado a esta Casa, exatamente no ano em que o país caminhava para a frente. O país vivia momentos onde afloravam, inclusive, possibilidades de mais conquistas, a partir do final de 2014, com a derrota destes que tanto nos criticam. A partir daí o que vimos e acompanhamos foi o país virar de cabeça para baixo.

Quero lembrar que vivíamos, no final do ano de 2014, o pleno emprego. Porque em países desenvolvidos o pleno emprego é considerado quando apenas 5% do conjunto da sociedade está fora do mercado de trabalho, está fora do emprego formal. E, infelizmente, o que se deu em nosso país... nós estamos colhendo agora os frutos negativos, inclusive, o aumento substancial, realmente, da violência.

As pessoas estão perdendo a esperança, porque a figura maior num país presidencialista é o presidente, e o que temos aí não dá nem para falar aqui nesse microfone, porque tenho vergonha de falar o adjetivo que eu poderia usar para ele. Evidentemente que o que foi dito aqui no seu discurso do deputado Marcelino Galo tem muito a ver, também, com tudo o que está acontecendo.

Não tenho nenhuma dúvida de que ao assumir o governo, em 2015, o governador Rui Costa, quando eleito, não esperava que fosse encontrar a nossa economia e a economia do nosso país... E é bom dizer que em apenas 2 anos, a partir do golpe que deram, cerca de R\$ 20 bilhões foram retirados dos cofres públicos dos estados. Vinte bilhões de reais! E mitigar por direitos, mitigar por melhoria das condições de trabalho do servidor, creio que é o papel de V. Ex.^{as}, creio que é o papel de todos nós, como também é o papel do servidor público.

E nós vamos continuar! Obviamente vamos continuar fazendo isso, lutando por uma mudança de rumo. A soberania nacional está atacada. Estão levando, como disse aqui o deputado Marcelino, nossa riqueza, sobretudo a questão do pré-sal. Um amigo meu que trabalha, deputado Zé Raimundo, numa plataforma de petróleo no Rio de Janeiro, ele passa 14 dias do mês lá nesse posto de trabalho. Ele é também um estudante de pós-graduação na Universidade Estadual de Feira de Santana. Ele me disse recentemente: “Deputado, hoje, nós, onde eu trabalho, a Petrobras está extraindo, nessa plataforma do pré-sal, 40 mil barris de petróleo/dia.” Corresponde a todo o petróleo retirado em todo o território baiano.

E tem gente que acha que essas bacias de petróleo estão caindo no colo da Shell, da Chevron, das empresas transnacionais de graça. Deram o golpe e estão saqueando o país. E é necessário reagir e enfrentar essa dura batalha. E nós haveremos de o fazer na política, no processo eleitoral.

Deputado Zé Neto, eu confio muito na sabedoria popular. Sexta-feira passada eu fui até Nova Fátima e lá participei de atividades políticas nas casas do ex-vereador Renato, vereador por cinco mandatos, foi candidato a vice-prefeito, do vereador Joãozinho com pessoas que militam na cidade, muita gente lá presente. E todas

aquelas pessoas do povo que se aproximavam de nós, várias, olhavam para mim e perguntavam: “Deputado, o senhor é dos ‘melado’?” Eu, na primeira vez, não entendi o que ele estava falando. Aí, veio uma segunda pessoa, um segundo cidadão, e veio uma senhora: “Deputado, o senhor está do lado dos ‘melados’?”

Aí, eu parei tudo, chamei a turma: “É bom fazer uma reunião aqui para procurar entender o que estão falando para eu não ficar, aqui, viajando na conversa do povo.” E o que me explicaram foi o seguinte: “melado” são todos aqueles que participaram do golpe. “Melados” são todos aqueles que estão ao lado daqueles que estão retirando direitos de nós, trabalhadores. “Melados” são todos aqueles que estão saqueando o país. Olha que ouvi isso de gente do povo lá!

Então, quando nós percebemos o que vem de dentro da alma das pessoas com tanta veemência eu tenho certeza de que é porque estamos recebendo sinais claros, muito evidentes, de que o povo está sabendo direitinho o que está acontecendo com este país.

Eu não vou citar pesquisa porque está longe a eleição; tem o São João, tem a Copa do Mundo. Eu estou citando aqui um fato e um sentimento que tenho de quando vou às ruas, de quando vou ao interior e de quando volto de lá. E aqui, como deputado representante da Bahia, do meu partido, PSB, e da minha cidade, Feira de Santana, não posso deixar de externar o que estou vendo.

Os “melados” não vão conseguir sequer se explicar. Existem cidades da Bahia onde as pessoas conversam, e conversam sobretudo, hoje, com a ferramenta da tecnologia, da nova tecnologia do *WhatsApp*, com os seus grupos. E chegamos a ficar assustados com o diálogo que está existindo lá. Quando chegamos a uma cidade as pessoas vão mostrar para nós o nível da conversa.

Quem se aproximou, quem estava perto, quem não fez o devido debate, das duas uma, ou vai ter muita dificuldade de caminhar olhando nos olhos do povo, ou vai ter vergonha até de sair para a rua. Porque está claro, está evidente o quanto o povo está magoado com a forma que deram...

Um *playboy* mineiro que chegou a representar, evidentemente – porque esteve perto –, a esperança do povo deste país, de forma afrontosa à democracia dizia publicamente na rede de televisão que a presidenta Dilma não poderia ganhar a eleição, primeiro; se ganhasse, não iria ser diplomada; se fosse diplomada, não iria tomar posse; se tomasse posse, não iria governar.

E daí em diante o país virou esse mar de dificuldades em que as categorias e as classes mais, eu diria, que avantajadas, poderosas, capazes de se virar, inclusive se protegendo em relação à violência, só fazem reclamar, mas os que sofrem são aqueles que estão afastados do poder, afastados da riqueza, distantes das condições de terem tranquilidade para viver.

E volto a repetir, a sensibilidade que nós temos nos faz crer que “melados” são todos aqueles que se arrodearam dessa corja que assaltou a soberania nacional. E aqui dizemos...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Para concluir.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Para concluir, Sr. Presidente.

(...) que violência não é fruto de pobreza, violência é colheita da desigualdade social. Aqueles que não acreditam nisso estão pagando, e vão continuar pagando mais ainda, o preço da desumanidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder...

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, antes, porém, eu gostaria de fazer uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Comunicação inadiável, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Quero dizer, deixar claro nesta Casa que sou absolutamente contra a tese de acordo com esse governo, porque esse governo não cumpre nada. Na verdade, deveria ser um mandamento de vida que tudo o que é acertado não é caro nem barato, é acertado. Mas não é assim que o governador Rui Costa age.

Hoje... aliás, desde ontem está em ebulição aqui a Bancada da Oposição na tentativa de fazer um acordo com o governo, deputado Adolfo Viana, deputado Luciano Simões. Está em ebulição a Bancada da Oposição, capitaneada pelo deputado Luciano Simões Filho, que é representante nesta Casa do município de Castro Alves, cujo prefeito, que é a representação política, está presente na Galeria. E eu quero dar o testemunho de como o deputado Luciano Simões tem insistido comigo, porque eu sou contra a tese do acordo.

Acordo com quem? Acordo com quem não cumpre acordo! Com quem não respeita a Bahia e os baianos, com quem não respeita o Poder Judiciário, com quem não respeita esta Casa e as leis aprovadas aqui, a exemplo das emendas impositivas, não há que se pensar em acordo!

Mas para dar uma demonstração, um gesto, porque a vida é feita de sinalizações, sinalizações através de gestos, eu fiz um gesto ao deputado Adolfo Viana que sentou há pouco aqui, ao meu lado, e me fez algumas ponderações.

Porque o que o deputado Luciano Simões me trouxe, eu não aceito! Esse projeto não é um projeto da Oposição. Esse projeto de Castro Alves é um projeto de governo. V. Ex.^a aqui o defende porque tem interesse, e é legítimo que defenda. Pronto!

Eu tenho 10 minutos, presidente, para fazer a minha comunicação inadiável. É regimental. Está sendo marcado lá em cima.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Está marcando. Estão faltando ainda 7min24seg.

O Sr. Targino Machado:- Então, eu quero dizer que não aceito aprovar esse projeto e o governo ganhar de lambuja mais quatro projetos de interesse dele para aprovar um do seu interesse. A única forma de eu aceitar o acordo, e disse a Adolfo

Viana, é por uma questão de justiça. Porque eu não posso passar o trator, que deve ser um trator da democracia nesta Casa, por cima de um projeto que está aqui há 3 anos, que é o nº 21.346/2015, dos servidores do Ministério Público. Se não se faz acordo para aprovar esse projeto, eu não faço acordo para aprovar mais nenhum.

Se é de interesse do governo, como é, também, de interesse do deputado Luciano Simões Filho, se é de interesse de V. Ex.^a é nosso interesse, porque somos seus colegas, parceiros de oposição nesta Casa. Mas se o acordo que vier, se V. Ex.^a conseguir fazer esse parto, for para aprovar um projeto de interesse de Castro Alves, do governo e de V. Ex.^a e que também possamos aprovar o projeto nº 21.346, votar hoje e aprovar, eu abro mão da minha tese de não acordo. Eu aceito o acordo, contanto que...

E com esse acordo vamos passar por cima da Constituição, porque está trancada a pauta. Não é por vontade do presidente, porque o presidente aqui não tem nem direito a ter vontade. Isso não é vontade da Bancada de governo ou da Oposição, isso é uma determinação da Constituição. Na verdade, para mudar isso teremos que, primeiro, aprovar uma PEC mudando a Constituição, alterando a Constituição para poder destrancar a pauta. Então, para se fazer um exercício desse, rasgar a Constituição só para atender aos interesses do governo, eu sou contra.

Agora, preciso ser solidário, preciso deitar em paz com a minha consciência. Tenho visto aqui esses que eu tenho chamado de bravos e honrados guerreiros, pedindo, por favor, o que é de direito. Eles estão aqui como se estivessem com a cuia de queijo na mão, a pedir esmolas para o poder, quando, na verdade, eles não são empregados desta Casa, eles são os legítimos patrões dos Srs. Deputados, que estão hospedados aqui para defender a Constituição, para defender o povo da Bahia.

Então, deputado Luciano Simões, deputado Adolfo Viana, eu autorizo os dois a dizerem que abro mão da minha tese, porque aqui acordo da Bancada da Oposição para fazer acordo com o governo não é maioria, é unanimidade. Se houver uma voz que se levante contra o acordo, não pode haver acordo.

Então, com a chegada do Líder, quero encerrar a minha comunicação inadiável, porque deixo de ser Líder e assume ele a Liderança, dizendo a ele, inclusive, que só abro mão, deputado Luciano Ribeiro, para aprovar o projeto de Castro Alves, se aprovarmos também o projeto do Ministério Público.

O Sr. Adolfo Viana:- Comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Comunicação inadiável, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu peço esta comunicação inadiável, na condição de Líder do PSDB nesta sessão, para fazer coro às palavras do deputado Targino Machado, um dos deputados mais atuantes que esta Casa tem hoje. E no momento em que o deputado Targino Machado se manifesta, colocando que os acordos feitos anteriormente com o governo do estado não foram cumpridos, ele está retratando absolutamente a verdade do que aconteceu anteriormente nesta Casa. Alguns acordos foram feitos aqui, nesta Assembleia Legislativa, por parte da Bancada

da Oposição, dando confiança e crédito aos governistas. Infelizmente, não tivemos por parte da Bancada governista o cumprimento de nenhum acordo.

Mas eu queria, deputado Targino Machado, dirigir-me a V. Ex.^a porque V. Ex.^a é um dos deputados mais atuantes desta Casa e a nossa Bancada da Oposição sempre votou os projetos que foram do interesse do povo da Bahia, por mais que eles não nos fossem convenientes em determinados momentos. Sempre fizemos aqui uma oposição propositiva e responsável, visando sempre o interesse do povo da Bahia e da maioria dos baianos.

Então, temos hoje uma demanda de projetos importantíssimos. Vejo a ansiedade com que está aqui o prefeito de Castro Alves, o competente prefeito Thiancle, com a sua bancada de vereadores, solicitando sensibilidade a nossa bancada para que esse projeto seja aprovado no dia de hoje. E eu quero lhe dizer, prefeito, que V. Ex.^a está precisando de uma bancada responsável e que jamais irá faltar com o povo de Castro Alves.

Mas vejo também o projeto nº 21.346, do Ministério Público, que precisa ser votado o quanto antes. Vejo os servidores do Judiciário, porque os magistrados tiveram a possibilidade da venda de 1/3 de suas férias, e o abono pecuniário do servidor precisa ser votado também. Vejo a ansiedade com que se encontram aí fora os membros da Defensoria Pública. Então, irei fazer aquilo que estiver ao meu alcance para que esses projetos, que são do interesse do povo da Bahia, sejam votados o mais rapidamente possível.

Eu conto com a sensibilidade dos meus pares da Oposição, agradeço ao deputado Targino Machado, e, se possível, vamos fazer justiça ao Ministério Público, à Defensoria Pública, aos servidores do Judiciário e também à querida cidade de Castro Alves.

Essas são as minhas considerações.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, com a palavra, por todo o tempo, o nobre deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho, por até 12 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa tarde, amigos deputados, amigos na Galeria, gostaria de mandar um abraço a toda a comitiva do município de Castro Alves; ao prefeito Thiancle Araújo; nosso vice-prefeito Zé de Alcebiades, com o seu filho, vereador Gilton; Jó da Farmácia, nosso presidente da Câmara; Breno; Mário, representando o nosso vereador Nego do Leite, também secretário; Marcelo; e Augustinho. Augustinho, nosso vereador Augustinho, que também está aqui neste momento, neste dia, nesta sessão, que é uma sessão muito importante para a Assembleia Legislativa da Bahia. E tão importante para a Assembleia quanto para o município de Castro Alves.

Desde a semana passada que estamos em conversas com a Liderança da Oposição e a Liderança do governo porque temos uma realidade aqui, na Assembleia. A pauta está travada por conta de uma articulação muito bem feita pela Liderança da Oposição, e dou todo o mérito ao deputado Luciano Ribeiro. Porque a própria Bancada do governo, Thiancle e meus amigos vereadores, há meses e meses não vem dando quórum para a votação dos projetos de lei na Casa, em boa parte das vezes projetos de lei de origem do Executivo.

Então, nós, como Bancada da Oposição, fazemos a nossa parte. Isso faz parte do jogo da democracia aqui, na Assembleia Legislativa. Nós tentamos dificultar ao máximo o trabalho do governo na Casa. O que pedimos, no mínimo, é que o governador coloque os deputados para virem votar e que os debates sejam feitos nas comissões parlamentares temáticas.

Então, conseguimos, com êxito, travar a pauta. Só que num momento desse em que vale a pena a gente repensar a questão financeira do nosso estado e do nosso país, o município de Castro Alves vive um momento diferente, amigos que me acompanham pela *TV Assembleia*. Além de termos uma administração municipal diferenciada, a credibilidade voltou a reinar no município de Castro Alves devido à equipe que Thiancle Araújo conseguiu construir com todo o desenrolar das coisas que ele herdou. E conseguiu, com muita transparência e muito trabalho árduo, uma nova realidade naquele município.

Num conjunto de ações – eu poderia ficar por todo meu discurso aqui falando desse novo momento de Castro Alves –, uma coisa nos chama a atenção e nos traz ao debate aqui, na Assembleia Legislativa: existe no município de Castro Alves uma indústria de calçados da empresa Pegada, que gera mais de 300 empregos, hoje, naquele município. A empresa, desde a posse do prefeito Thiancle, vem procurando o prefeito para ampliar a atividade no município.

Meus amigos e minhas amigas da Bahia, uma empresa que quer gerar mais empregos, uma empresa que está remando contra a maré, contra toda essa crise econômica que o nosso país vive! E com toda força o povo de Castro Alves foi em cima da Procuradoria do Estado, ligando, para que esse projeto de lei fosse destravado.

Finalmente, na semana passada, vereadores, o projeto chegou a esta Casa. Infelizmente, na semana passada não tivemos quórum para a votação desse projeto de lei. Mas temos a chance no dia de hoje, na tarde de hoje, de aprovarmos esse projeto, que é de origem do Executivo.

Um projeto que tem o objetivo de obtenção da autorização legislativa necessária à alienação de área pertencente à Sudic, que é a Superintendência de Desenvolvimento da Indústria e Comércio do Estado da Bahia, lá no município de Castro Alves, medindo 9.279 metros quadrados.

Nessa área de pouco mais de 9 mil metros quadrados, a Pegada vai dobrar o tamanho da sua empresa, trazendo, conseqüentemente, mais progresso e desenvolvimento para aquele município tão importante do nosso estado, criando empregos e gerando riqueza.

Bem verdade, como pontuou o deputado Targino Machado, que a origem desse projeto é do Poder Executivo, é do governador, porque assim deve ser. Esse é o passo legislativo. O governador está vindo à Assembleia para que nós, deputados estaduais, autorizemos a venda dessa área para a ampliação da fábrica no município de Castro Alves.

Volto a dizer que, com muita competência, a liderança da Oposição consegue travar a pauta da Casa. Temos mais de seis projetos aqui para serem votados. E eu rogo à minha Bancada da Oposição, já que já existe um entendimento na Bancada do governo e o presidente da Casa: vamos dispensar as formalidades para o projeto de lei nº 22.853/2018, para que possamos, Zé Raimundo, votar e fazer com que as coisas aconteçam efetivamente na Bahia, mais especificamente no município de Castro Alves.

O Poder Legislativo está aqui para fiscalizar, para fazer CPI, para tudo isso que é do jogo da democracia e do debate. Mas projetos interessantes e fundamentais para o desenvolvimento do nosso estado... não é um projeto do deputado Luciano Simões Filho somente, mas um projeto dos senhores e senhoras deputados estaduais, dos 63, porque, com certeza, nenhum dos 20 da Bancada da Oposição, nenhum dos 43 da Bancada do governo são contra a geração de empregos, são contra o desenvolvimento da atividade econômica e industrial em nosso estado.

Isso aqui está dando trabalho, estamos investindo o nosso tempo de sessão desde a semana passada no convencimento dos Srs. Deputados que fazem parte da minha bancada, e tenho certeza... Já fiz a consulta informal e estamos fazendo os últimos tratamentos para refinar esse tema, porque sabemos também que o governo tem outros interesses. Há o projeto do Ministério Público, que está aqui, o nº 21.346, que também está na pauta e pode ser votado hoje, sim; e dois projetos do Tribunal de Justiça que também estão na pauta.

Então, está sendo feito o entendimento aqui. Eu, deputado Luciano Simões, dedico o meu mandato não só ao município de Castro Alves, mas a qualquer outro município que venha com um projeto como esse. Volto a dizer, é um município que está remando contra a correnteza. Num momento em que está todo mundo fechando as portas, que está todo mundo quebrando os seus negócios, Castro Alves faz o contrário.

O Sr. Pablo Barrozo:- Um aparte, deputado?

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Tem a vontade de um empresário que viu naquele município, viu naquela região do Recôncavo, quase entrando no sertão da Bahia, um motivo de se desenvolver, de produzir, Sidelvan, de gerar riqueza. É chegada a hora em que até as disputas políticas têm que ser ponderadas, Pablo Barrozo, quando chegamos a esse ponto.

Passo a palavra para o deputado Pablo Barrozo, para um aparte.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Luciano Simões, vou fazer um breve aparte. Mas eu queria parabenizá-lo pelo empenho. Nós iremos conseguir aqui, através do seu trabalho, destravar a pauta para que sejam votados projetos importantes.

No momento em que temos um governo do estado que não aproveita o turismo na Bahia para gerar emprego e renda, um Polo Petroquímico sucateado porque não há um governo que pensa, que produz, que acredita no baiano, que é o governo da propaganda, V. Ex.^a vem aqui e consegue destravar a pauta, porque o governo não acreditava que conseguiria ser destravada e que seria votado esse projeto. E vai conseguir, assim, ajudar a esse governo píffio, fraco, incompetente a fazer a sua parte. Portanto, eu queria parabenizá-lo.

Quero parabenizar o prefeito Thiancle, homem sério, que está aqui hoje, com sua comitiva, mas principalmente parabenizá-lo. Eu presenciei sua luta junto aos outros 62 deputados para que pudéssemos seguir o mesmo caminho, pensando no nosso estado. Desejaria que todos os dias aqui nós conseguíssemos vitórias como V. Ex.^a tem conseguido e está conseguindo hoje.

Meus parabéns.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Muito obrigado, deputado Pablo Barrozo.

Sou deputado de oposição, não minto para ninguém. Saí do PMDB, filiei-me ao Democratas, continuo sendo de oposição. O projeto é de origem do Executivo, mas é para gerar emprego, é para, praticamente, dobrar o tamanho da fábrica no município de Castro Alves, que precisa muito.

E não é só o município de Castro Alves que precisa, temos de incentivar todo o empreendedorismo que existe no estado da Bahia. Castro Alves está aqui, é um grande exemplo disso e a Assembleia Legislativa, tenho certeza, não faltará com o povo de Castro Alves.

Um aparte ao deputado José de Arimateia.

O Sr. José de Arimateia:- Deputado, eu quero ser solidário com V. Ex.^a nesse pleito. O nosso partido, Partido Republicano Brasileiro, PRB, quando V. Ex.^a falou da importância da aprovação desse projeto para o município de Castro Alves, passou a apoiar, também, a iniciativa de V. Ex.^a. Parabéns a V. Ex.^a, porque desde cedo, pela manhã, V. Ex.^a estava articulando para que isso se tornasse realidade. E se não fosse a Bancada da Minoria, com certeza, esse projeto não seria aprovado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Obrigado, deputado José de Arimateia.

Com aparte ao deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Luciano, eu quero, nesse aparte, parabenizar V. Ex.^a, porque veja a que ponto nós chegamos nesta Casa. A ineficiência do governador Rui Costa, um governador que, infelizmente, abandona os municípios, abandona a sua base e precisa de um deputado de Oposição – Zé Raimundo, V. Ex.^a que é do governo Rui Costa, do PT – para poder aprovar um projeto de uma magnitude, de importância maior para uma cidade que é importantíssima para este estado. Então, de forma alguma eu poderia, deputado Luciano, dizer a V. Ex.^a, não. Pelo contrário, estou do lado de V. Ex.^a porque hoje nós estamos dando a esta Casa o

exemplo de como fazer política. Não olhando para a sigla, mas olhando para o povo, para os munícipes, para as pessoas que precisam trabalhar.

Então agradeço o aparte de V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Mais 1 minuto para o deputado Luciano.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Obrigado, deputado Sidelvan.

Agora, para concluir, presidente Fabrício, essa é a mensagem que eu trago nesse meu pronunciamento, agradecendo as palavras de apoio de todos aqueles que colaboraram nesse entendimento. Mais uma vez falando do êxito da Bancada de Oposição de poder travar a pauta para chamar o debate, para chamar o governo. Pauta essa que foi travada, porque os deputados do governo não compareceram para a votação dos projetos de autoria do próprio Poder Executivo.

Na tarde de hoje, meus amigos e amigas de Castro Alves, essa mensagem vai especialmente para vocês: a Assembleia Legislativa não faltará ao município de Castro Alves, não faltará àqueles brasileiros que veem no empreendedorismo a forma de fazer o progresso, a forma de progredir, a forma de crescer e gerar riqueza. Essa é a forma que a gente pensa em Castro Alves, essa é a forma que a gente pensa na Bahia.

Parabéns Thiancle, parabéns aos vereadores por todo esse êxito e pela credibilidade que voltou a reinar em Castro Alves.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PR/PRP/Podemos/Avante para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Sr. Presidente, falarei por todo tempo no tempo do PSD.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Nesse agora?

Com a palavra o deputado José Raimundo Fontes, também da minha querida Vitória da Conquista, para falar pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputada, pela manhã, na CCJ, houve um debate extremamente esclarecedor sobre o papel do Parlamento. Na CCJ alguns colegas de forma insistente afirmavam que é necessário que aprovemos projetos exclusivamente de iniciativa dos deputados. E eu, modestamente, tenho insistido e dito que o papel do parlamentar, num sistema representativo da democracia liberal fundada no século XIX e que se espalhou pelo mundo inteiro é representar a população em várias dimensões: é a reivindicação regional, é o problema da educação e da saúde, é a mediação entre as comunidades e os poderes executivos em diversos níveis, no município, no estado e na união. E que, muitas vezes, pela função, pela estrutura jurídica brasileira, a iniciativa do deputado

para fazer leis, para ele mesmo ter a iniciativa é muito limitada em função da nossa estrutura jurídica e política.

Mas tem o deputado e o Parlamento, extraordinárias funções: da mediação e da negociação. Vejam o exemplo nesta tarde: projetos que estavam aí há muito tempo tramitando e nós que somos do governo... o deputado do governo, ele não pode estar a toda hora falando e, de certa maneira, se colocando como advogado dos projetos que vêm das comunidades, porque a responsabilidade é do Executivo. E qual é o nosso papel? A mediação.

E aí o início do debate é entre o Líder do Governo e os líderes partidários. E está de parabéns Luciano Simões; o nosso deputado, Líder Zé Neto, porque uma decisão dessa passa pela Casa Civil, passa pelo Governador, passa pelos outros Poderes. E nós, que somos da base do governo, torcemos, queremos, mas mediamos. Muitas vezes nós ficamos contidos.

Eu fui prefeito de Vitória da Conquista, como executivo e via, muitas vezes, os vereadores chegarem no meu gabinete com várias iniciativas. Era preciso o quê? Negociar, buscar alternativas até que nós sinalizássemos para que aquele projeto pudesse ser aprovado de forma negociada. Isso sim é valorizar o Parlamento. O deputado não é menor ou maior em função da quantidade de projetos que ele toma a iniciativa de aprovar. Mas o deputado, os Parlamentos se engrandecem quando coletivamente buscam e aprovam soluções para o bem do estado e da comunidade.

Por isso eu tenho certeza que o nobre deputado Zé Neto fará esse reconhecimento. Esse entendimento e a maturidade das lideranças partidárias da Oposição confirma essa tese de que o Poder Legislativo, que foi uma criação das revoluções liberais, volto a dizer, tirando do Rei, tirando da Monarquia o único poder que concentrava o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, daí a famosa frase "*L'état c'est Moi*" – O Estado Sou Eu, para uma formulação de que o estado são os três Poderes, lá na teoria de Montesquieu. Poder Legislativo, Judiciário e o Poder Executivo. Evidentemente, o Executivo executando, o Judiciário julgando, e o Legislativo formulando leis, mas há as outras dimensões também na formulação das leis que são as demandas sociais, que são os movimentos sociais, são os sindicatos.

Os Senhores podem observar que o estado de bem-estar social na Europa construído durante 60, 70 anos foi em grande parte por um Parlamento que só tinha 30% da esquerda, dos trabalhistas e dos reformadores sociais. Mas na via da negociação muitas leis foram implantadas na Espanha, na França, na Inglaterra, na Alemanha, nos outros países, sobretudo nos países nórdicos, onde se avançou muito a social-democracia através da negociação. Também como presidente de sindicato que fui, dirigente, muitas vezes negociamos e mediamos conflitos buscando soluções coletivas. Isso é valorização do Parlamento, do Legislativo, por isso não cabe determinados discursos, até de colegas nossos, dizendo que os deputados não trabalham nesta Casa, que os deputados deixam as sessões esvaziadas. Muitas vezes, sim. Mas neste momento os deputados estão buscando, dialogando, buscando alternativas e na hora exata, numa linguagem popular, na hora da onça beber água, estão aqui os deputados, as lideranças, discutindo, negociando e buscando alternativas.

Esse é sim o verdadeiro papel do Parlamento. Buscar alternativas. Então, senhoras e senhores, sobretudo aqueles que nos ouvem na *TV Assembleia*, é importante que se tenha essa visão do Parlamento. Nesse raciocínio preliminar reitero aqui os parabéns ao deputado Zé Neto, a Luciano Simões que em nome da oposição negocia, e, sobretudo, evidentemente, à sensibilidade do governador Rui Costa que através da Casa Civil está acompanhando e sinalizando os encaminhamentos dessas negociações.

Mas quero, Sr. Presidente, também, já nos últimos minutos, fazer um breve registro: na semana passada eu tive a oportunidade de fazer uma referência ao prefeito de Vitória da Conquista. Eu disse, numa breve fala, que o prefeito está querendo levar para Vitória da Conquista, o Presidente Temer, nobre Jean Fabrício. Levar o Presidente Temer para inaugurar uma obra que começou no governo Dilma, que foi executada na gestão do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, pelo ex-prefeito Guilherme Menezes. Ele deixou a obra quase concluída e o prefeito do PMDB quer levar o Presidente Temer para inaugurar a obra. Mas me parece que ele desistiu dada a não receptividade, para ser educado, do povo em relação ao Presidente Temer. E com temor, acho que ele não vai levar, ou por temor, ele não vai levar o Presidente Temer à Vitória da Conquista. Mesmo porque a obra foi fruto de um convênio anterior, de recursos do PAC-2, empréstimo para a cidade e ele não vai levar o Temer em Vitória da Conquista. E eu disse até que ele não está conseguindo levar, sequer, uma lata d'água para a zona rural, porque infelizmente, com base no índice pluviométrico do Planalto de Conquista, o Ministério da Integração, a Defesa Civil Nacional, retirou, nobre deputado, nosso companheiro da região, nossos deputados, companheiros da região, todos acompanham aqui, Marquinho Viana, Fabrício, retirou o índice pluviométrico, ou melhor, tirou uma média do Planalto e proibiu e suspendeu os carros-pipas em mais de 39 municípios do Semiárido.

E lá dizia o prefeito de Vitória da Conquista que, ele conversando com o deputado Lúcio Vieira, estaria a Defesa Civil – olhem os senhores – encaminhando os carros-pipas. Não é verdade. Não é verdade. Porque a estação de carro-pipa passa necessariamente pela Defesa Civil do estado. E é o Dr. Paulo Sérgio, sim, esse sim, está enviando, fazendo a mediação, e com o relatório do Inema, um novo relatório do Inema, mostrando que nós temos lá uma vasta região no Semiárido que continua com a seca, porque a chuva do Planalto – nós estamos vivendo lá a chamada seca verde – choveu ali no Planalto, mas a maioria dos municípios do Semiárido, no eixo que vai ali de Brumado, Caetité, Parque da Serra Geral, Vale do Paramirim, todos esses municípios ainda estão, dramaticamente, vivenciando o problema da seca.

Então, mais uma vez, o prefeito de Conquista, de forma atabalhoada, ele é considerado o prefeito bumerangue, toda hora ele muda de posição, faz uma lei e desfaz, faz um decreto e desfaz...

E, por isso, eu queria, na verdade, mais uma vez, dizer que o governo Rui Costa, através dos seus assessores, através dos seus órgãos, tem trabalhado em toda a Bahia, sobretudo no Semiárido, cuidando de obras importantes na infraestrutura hídrica para melhorar a condição de vida do nosso povo sertanejo.

Por isso, com muita alegria, como membro do governo do estado, participando da Base do Governo, nós aprovamos, sim, tudo aquilo que é bom para o povo, sobretudo a solidariedade, a fidelidade e a lealdade ao companheiro governador Rui Costa.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luís Augusto):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/PRP/Podemos e Avante, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luis Augusto):- Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Luis Augusto):- Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar DEM/PRB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falará por todo o tempo, Sr. Presidente, o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, deputados e deputadas, baianos que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*, eu queria saudar todos os membros aqui da Defensoria Pública, do Ministério Público, os servidores do nosso estado, a comitiva que veio aqui do município de Castro Alves, na pessoa do meu amigo prefeito Thiancle, um jovem de luta pelos seus ideais, pelo seu município. Conheço bem o trabalho dele e de sua família, que tão bem representa aquele município tão querido da nossa região ali do Recôncavo.

Eu subi à tribuna hoje para tratar de um assunto, mas é difícil nós ouvirmos alguns colegas trazerem a esta tribuna algo que não é verdadeiro, algo que não aconteceu, por acaso, em nosso país, e que, na moda “à la PT”, faz com que transforme uma mentira contada diversas vezes numa verdade. Na moda “à la PT”, “à la nazismo”, “à la ditadura”, que o governo que é aliado do Chaves, na Venezuela, do Morales, na Bolívia, governos que perseguem a população e que quiseram, em um certo momento aqui no nosso país, perseguir a mídia, perseguir os meios de comunicação, impor limites, para que as pessoas não soubessem do que acontece no nosso país, ou seja, um governo que queria implantar aqui uma ditadura baseada no Foro de São Paulo! Um governo que financiou com o nosso dinheiro, que hoje falta para gerar emprego e renda, para melhorar o salário dos servidores, para repassar os recursos para os municípios, um governo que emprestou dinheiro, que deixou outros países da América Latina darem calote no Brasil, e aí esse mesmo governo, administrado por Lula, Dilma e companhia, vêm membros desse mesmo governo que elegeram Dilma e Temer, colocar aqui o problema da Petrobras, hoje, como se fosse

algo, deputado Zé Raimundo, que não tivesse nada a ver com o PT. Nada a ver com o PT!

É vergonhoso esse discurso! Esse discurso, não dá para ouvir calado! Até tento, em respeito aos colegas e os amigos que aqui tenho que pensam diferente de mim. Mas pensar diferente não significa faltar com a verdade! E a verdade é que o maior esquema de corrupção neste país, liderado pela distribuição de cargos e de dinheiro público, através principalmente da Petrobras, que se espalhou pelo governo federal todo, deputado Zé Raimundo, esse maior esquema quebrou a Petrobras! Gerou mais de 13 milhões de desempregados no nosso Brasil.

Hoje nós temos dificuldade, e um dos países, um dos estados que mais sofrem com isso é o estado da Bahia! Para completar, ainda temos um governador... E eu sou baiano, tenho orgulho de ser baiano. Saio em qualquer estado e não aceito que comecem com aquela brincadeirinha que baiano não gosta de trabalhar. Quem não gosta de trabalhar não sai de casa! Baiano trabalha muito e merece respeito. O governador do estado pode até ser trabalhador, mas, ora, quem é que não tem obrigação de ser trabalhador?! Quem é que não tem obrigação?

Mas penso eu, e tenho certeza de que muita gente pensa que nem eu penso, que nós precisamos, para governar o estado que a gente tanto ama, um governador nota 10! Um governador preparado, competente, um governador que eu olhe e admire! Um governador que eu diga: olhe, esse tem competência; esse sabe mais do que eu; esse é mais preparado do que todos; esse merece governar o estado da Bahia que eu tanto amo. Mas, não. Nós temos um governador que foi “parido”, que nasceu do sindicalismo, daquele sindicalismo não de brigar por melhorias para os sindicatos. Esse daí eu respeito. Mas aqueles de fechar, como fecham aqui, na porta do Iguatemi, e param a vida de 3 milhões de trabalhadores em qualquer dia... E o governador não se dá ao respeito, não impede que 100 pessoas fechem, ali, a porta do Iguatemi e atrapalhem o trabalho de gente, de todo tipo de gente!

No momento de dificuldade em que estamos vivendo no país e no estado é esse governador que hoje está aí, esse que nasceu desses movimentos usados, usados e sendo financiados com o dinheiro do povo. Usados! Porque quem quiser me convencer de que a CUT e o MST hoje não são usados, financiados com o dinheiro do povo para fazer baderna, vai ter muita dificuldade de me convencer!

E hoje nós temos, aqui, que ouvir alguns se retratarem e se fazerem de vítimas com a crise da Petrobras, com as dificuldades que a Petrobras está passando e que atinge toda a nossa Bahia, sobretudo, aqueles municípios que têm os recursos repassados pela Petrobras.

Aí vem colegas meus, aqui, querendo colocar esse problema no colo de Temer. É um problema de Temer, de Dilma, de Lula e um problema de vocês. Quem pariu Mateus que balance, e sejam responsáveis! Agora, faltar com a verdade, não! Sabem por quê? Eu não posso ficar aqui calado, porque outubro vem aí, e quem quiser votar com o cinismo, a mentira, a propaganda, quem quiser votar em um governo onde falta saúde, porque a regulação está aí, e todo mundo que precisa de um exame, precisa de um internamento, precisa de uma UTI, deputado Zé Neto, precisa ligar

para um deputado e pedir como se fosse esmola, porque o seu governo, despreparado e incompetente, vive de enrolar o povo baiano!

Quem quer, quem for atrás de segurança pública, a segurança pública do nosso estado... E aí nós temos que rever, inclusive o governo do estado tem uma desculpa fajuta, de que a segurança pública é um problema nacional. A segurança pública é um problema nacional, isso é verdade! Mas essa desculpa do governo não cola, porque se é um problema nacional, aqui na Bahia a insegurança cresce mais do que em todos os outros estados. E hoje em números nós temos mais homicídios de baianos do que no Rio de Janeiro tem de cariocas. Nós vemos na televisão aquele absurdo que acontece no Rio de Janeiro, achamos que aqui na Bahia não acontece. Mas se formos pesquisar os dados oficiais das organizações respeitadas nesse setor, vemos que os baianos morrem.

Ora, se nós temos um governo que não cuida da vida dos baianos, que é o principal, porque ninguém tem sonho morto. Da vida dos baianos, que é a saúde e a segurança, nós temos um governo pífilo. E eu digo mais, quando nós tivemos, nós temos... Deputado Zé Neto, quero aproveitar V. Ex.^a aqui e convidá-lo para o debate para defender esse governo. Quero ver quais são os argumentos para defender esse governo. V. Ex.^a terá um tempo aqui, eu queria, inclusive, me comprometer com os servidores da Defensoria Pública, do Ministério Público a votar os projetos, porque eles estão aqui a pedir muito pouco a vocês, muito pouco para o governo, mas muito para eles.

Eu queria de V. Ex.^a, aqui, uma palavra de respeito do governo do estado para com os servidores da Bahia, porque o governador Rui Costa foi o pior governador para os servidores públicos. A verdade é essa. Só fez tirar direitos. E hoje se esconde atrás da dificuldade financeira do governo. Claro que o governo tem dificuldade financeira! De 2 em 2 anos gasta o dinheiro em propaganda enganosa, propagandas milionárias, um governo que vive de propaganda. Promete Deus e o mundo, ponte Salvador/Itaparica; promete melhorias para o servidor público de 2 em 2 anos, mas as realizações, cadê? Não tem uma sala de aula, não tem um colégio construído nessa Bahia. Os hospitais, em vez de serem melhorados, como o serviço aqui em Salvador é ruim e o governo do estado escora. O primo rico, que é o governo do estado, escora no primo pobre que é a prefeitura de Salvador piorando, inclusive, o serviço prestado pela prefeitura de Salvador. Tamanha incompetência do governo do estado, com tantos recursos. O governo do estado fica a arranjar desculpas para cuidar dos baianos.

E agora, quero aqui e aproveitar a audiência da *TV Assembleia*, convocar os baianos para que se faça uma reflexão: nós iremos continuar com um governo que não cuida da saúde e da segurança em outubro? Os eleitores e os baianos que tanto cobram melhorias da Bahia e dos políticos em geral, procurem pesquisar. Não votem olhando as mentiras dos *fake news*, dos governos ditatoriais petistas que espalham *fake news* a todo instante. Não votem em alguém por causa de uma mensagem no *WatsApp* ou por causa de uma montagem ou por causa de uma publicação no *facebook*. Pesquisem a vida das pessoas, pesquisem realmente o que esse governo fez, o que cresceu na Bahia nesses 4, nesses 12 anos. O que aconteceu na nossa

Bahia, como o nosso estado está, deputado Zé Raimundo, com o polo petroquímico de Camaçari, sucateado! O governo não traz nada, o governo resolveu trazer a Jac motors para cá se inspirando num homem que já faleceu, senador Antônio Carlos Magalhães que trouxe a Ford para cá. Esse falava, fazia e acontecia. A Jac Motors emperrou um carro num terreno baldio lá e disse que ia construir uma fábrica. Até hoje, nada. Perdeu a Jac Motors.

O polo petroquímico de Camaçari, quem conhece Camaçari, o deputado Bira Corôa estava aqui, sabe muito bem disso, o polo petroquímico está acabado. Nós estamos aí com nossos irmãos baianos e o que mais nós ouvimos nas ruas é pedido de emprego. Por que não ajuda o polo petroquímico de Camaçari? Por que não aproveita o turismo da Bahia que é um setor, o turismo da Bahia que tanto sofre e é uma tendência natural de gerar emprego e renda no nosso estado e faz um Centro de Convenções? Por que não dá uma resposta? Por que o governo não faz isso? Porque o governo não está preocupado com isso. O governo está preocupado em manter os seus empregos, os cargos comissionados daqueles que durante muito tempo carregaram essa bandeira. Ora, vocês têm até o direito de tentar, vocês têm até o direito de ocupar esses lugares até porque os baianos votaram nesse governo. Mas nós não podemos errar a vida toda, não podemos nos satisfazer em ser o estado mais violento da federação, em ser o estado que a cada dia mais se diminui..., a cada ano o governo do estado diminui o investimento em turismo. Investir em turismo não significa gastar o dinheiro passeando, investir em turismo é aproveitar uma tendência natural de nossa capital e fazer com que gere emprego e renda. E as pessoas que estão aí, os nossos irmãos baianos que estão aí a mendigar na rua por saúde, por segurança e por emprego tenham, pelo menos, um fio de esperança e de oportunidade.

Eu quero deixar aqui o relato e um protesto com relação a promessa do governador que foi ao município de Rio Real e prometeu o asfaltamento em novembro da BA- 396, ali do Loreto, os 10 km que ligam Loreto ao município de Rio Real, entre a BA-396 e a BR-101.

E eu gostaria... A deputada Maria del Carmen está falando do empréstimo, será que o governo precisa de um empréstimo para asfaltar 10 quilômetros? Eu vou dizer uma coisa a V. Ex.^a: se a prefeitura de Rio Real quiser, asfalta; imagine o governo do estado.

Essa incompetência é a desculpa para empurrar com a barriga! Não pode fazer? Não se candidate a governador. Só se candidata a governador quem pode aceitar essas cobranças! Eu é que não vou poder asfaltar essa estrada! V. Ex.^a é que não vai! Quem tem que asfaltar a estrada de Rio Real até o entroncamento é o governo do estado. Se o governo foge de suas responsabilidades, então não tem porque o governador se candidatar. Vamos parar de ficar empurrando as obrigações e as competências. Cada qual no seu quadrado. Que assuma as responsabilidades o governador.

E fica aqui, presidente – agradecendo a tolerância –, o meu protesto e o pedido para que o governo cumpra a promessa que fez aos cidadãos de Rio Real. Eu estive lá na sexta-feira passada, no sábado, e a promessa que foi feita é a de um asfalto de apenas 10 quilômetros, deputado, 10 quilômetros que, para o governo do estado, não significa nada. Chegou lá, prometeu, sorriu, deu bons tapinhas nas costas, posou para

Facebook, fez vídeo, patrocinou vídeo, tudo com dinheiro nosso, mas os 10 quilômetros... As pessoas estão lá quebrando carro, com dificuldade de transportar, inclusive, seus familiares, que não têm atendimento na saúde de Rio Real e precisam sair correndo para outros lugares. Essas pessoas estão ilhadas lá em Rio Real porque o governador promete, mas não cumpre.

Essa é a Bahia que nós conhecemos: a Bahia da falta de segurança, da falta de saúde, da falta de compromisso com as pessoas,...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- (...) não é a Bahia da propaganda com a qual o governo tenta engabelar os baianos.

Fica aqui o meu protesto!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar orador por 13 minutos.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Sr. Presidente, vamos dividir o tempo: 5, 4 e 4.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- E quem é que fala?

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Neusa Cadore... Fátima Nunes, 5 minutos? São 5 minutos para Fátima Nunes.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA:- Sr. Presidente!...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Fátima Nunes; Alex, 4 minutos; e Maria del Carmen, 4 minutos.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA:- Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Deputados, eu quero dizer aqui nesta tarde que, embora tenha respeito e consideração pelo deputado Pablo Barrozo... até porque ele é jovem e não viveu as agruras de nós todos baianos e baianas, que já temos um tempinho a mais neste estado onde as placas pregadas diziam que onde tem Bahia o governo chega lá, e o governo não chegava. Mas Pablo Barrozo é jovem deputado, não viveu esse tempo, então tem toda razão de se fazer de desconhecido desses problemas e vir aqui atacar a gestão do nosso governador Rui Costa.

Mas eu queria dizer também que eu fico assim prestando atenção à fala do deputado, e me vem uma indagação assim: mas quem, quem o deputado Pablo Barrozo vai convencer com as palavras dele? Quem neste estado da Bahia? Porque, pelo trabalho, o nosso governador é o primeiro em aceitação popular, revelado nas pesquisas, revelado nos encontros onde está presente com as pessoas. Então não tem a conversa, assim, desentoadada do deputado, desencontrada. Até parece que não estudou as palavras que vem proferir aqui e mistura alho com bugalho, não diz nada. Na verdade, é isso.

Então eu queria dizer que o DEM, o PSDB e o PMDB se juntaram e golpearam, rasgaram a Constituição brasileira no momento em que afastou a primeira mulher presidenta do Brasil, que não cometeu nenhum crime, nenhuma ilegalidade. Mas, pior do que isso, foram os sucessivos golpes que eles... O mesmo que estava

aqui falando, há pouco, de desemprego, o deputado Pablo Barrozo, faz parte exatamente desse bloco de partidos que votaram lá no Congresso Nacional a terceirização, a destruição da lei trabalhista, que tira o direito à carteira assinada, ao tempo de serviço, ao FGTS, à estabilidade econômica. Alguns que continuam aqui lutando pelos seus direitos – e são bem-vindos –, os servidores públicos, se vocês estão aqui nessa batalha, podem compreender que os mesmos que estão proferindo palavras aqui para atacar o governador e exigir de nossa parte uma posição – e temos a posição favorável, sim, ao aumento do salário dos servidores – estão lá em Brasília atacando a classe trabalhadora, destruindo os nossos direitos.

Inclusive, todo pacote da maldade que foi apresentada pelo “Temeroso” nesses 2 anos, eles votaram. Então não dá para aguentar calada a hipocrisia. Não dá para aguentar calada quem quer botar o pé em duas barcas: aqui, a barca da defesa do direito do trabalhador e do servidor; lá em Brasília, em conluio com o “Temeroso”, destruindo todos os direitos nossos.

Portanto, foi por isso que eu pedi a palavra, porque tenho orgulho de pertencer ao Partido dos Trabalhadores; tenho orgulho de ver as mulheres que tiraram a lata d’água da cabeça, aquelas que não tinham energia nas suas casas e hoje têm; as estradas que nós viajamos, com asfalto; as clínicas e policlínicas que estão sendo instaladas agora pelo nosso governador Rui Costa. Portanto, parem de hipocrisia, vamos ver a verdade e continuar lutando porque Lula vai voltar e vai governar este país.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen por até 4 minutos.

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN LULA:- Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, taquígrafas, imprensa que nos assiste, servidores do Judiciário que aqui estão hoje e do Ministério Público que estão aqui reivindicando, *TV Assembleia*, aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*, Sr. Presidente, eu ouvi atentamente alguns dos discursos, alguns aqui, outros no nosso gabinete, de alguns dos deputados falando sobre o governo do estado, falando sobre as ações do nosso governador. Eu diria a esses deputados aliados do prefeito da capital, eu chamaria a atenção dos Srs. Deputados que vêm aqui e falam da falta de intervenções do governo do estado na capital baiana, que não houve nenhum governador... E olhe que eu tenho quase 45 anos de serviço público, faço no dia 3 de setembro 45 anos de formada; desses 45, foram 44, 43 no serviço público da Bahia.

Eu nunca assisti a tamanhas intervenções nesta capital como aquelas que estão sendo realizadas neste momento, seja na mobilidade urbana; seja na proteção de encostas, dando estabilidade e o fazendo com um material que vai dar resultado, que vai garantir a estabilidade durante muitos anos, deputado Zé Raimundo, não apenas com uma manta que a gente não sabe quanto tempo vai permanecer, quanto tempo vai durar e que estabilidade vai dar; seja na saúde. Como é que alguém pode falar dos

hospitais, da saúde de Salvador, quando a nossa capital tem o mais baixo índice de assistência básica entre todas as capitais brasileiras? O prefeito acabou de inaugurar um hospital, e apenas 20% desse hospital está em funcionamento, deputado Angelo. Como é que nós podemos falar...? Um município que não tem uma maternidade. São muitos os municípios no interior do estado, e também a capital, que não tem uma maternidade. Nenhuma delas! Todas as maternidades são do governo do estado! Todas elas!

E o governo municipal se preocupa em planejar e tentar fazer... Tentar. Porque tenho certeza que os órgãos de controle, o Ministério Público e os demais órgãos de controle, vão continuar criando dificuldades e impedindo que se implante nesta cidade um absurdo, que é o projeto do BRT, que a Prefeitura de Salvador resolveu, contra todas as opiniões técnicas, implantar em Salvador. Não é... eu não defendo a inexistência do BRT. O BRT é um modal que pode ser aplicado em determinados lugares, mas não naquele espaço onde está sendo pretendido implantar. Não precisa! A demanda naquela região... os estudos técnicos mostram que não tem demanda para BRT. Nem os empresários querem o BRT implantado.

Se os moradores daqueles bairros que estão em volta do BRT, da proposta do BRT, principalmente aqueles que ficam situados entre o Horto Florestal, o Parque Suíço, o Candeal de Cima, entre essas áreas, lembrarem ou puderem analisar – por isso a prefeitura não mostra esse projeto –, puderem verificar como é esse projeto que lá vai ser implantado... É um elevado semelhante àquele que está implantado num projeto também infelizmente começado pelo prefeito, na época, Imbassahy, um elevado ao longo da Avenida Bonocô. É um elevado semelhante àquele, deputado Bobô, com três vezes aquela largura, porque ela tem duas pistas de ida e volta para veículos individuais, uma para o BRT e mais três no outro sentido, deputado presidente. Portanto, é um absurdo que qualquer um venha aqui falar de forma contrária às intervenções que o governador Rui Costa vem fazendo em Salvador.

Parabéns, governador, por ter olhado para a nossa capital.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Alex Lima por até 4 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, visitantes das Galerias Paulo Jackson, imprensa presente, presidente, de maneira muito breve eu não poderia deixar de subir a esta tribuna para rebater o discurso agressivo do deputado Pablo Barrozo, agressivo e que não condiz com a realidade do nosso estado.

Não tivéssemos a atuação firme desse que é a grande revelação da nova política do Brasil, o governador Rui Costa, não teria botado para correr, deputada Maria del Carmen, o prefeito de Salvador da disputa pelo governo do estado. Não tivéssemos o governador que mais trabalhou na saúde, nos últimos anos, aqui na Bahia...

Aquela grande festa montada para inaugurar um tal de hospital municipal que foi recentemente visitado pelo vereador da capital José Trindade... Foi provado que

nada lá funciona, apenas a ideia de se fazer uma maquete para se montar um palanque político. Mas cadê a coragem para disputar? Cadê a coragem do enfrentamento dos projetos políticos? Cadê a coragem para debater o modelo do governo do estado e o modelo dos aliados de Michel Temer? Cadê a coragem para fazer o debate da retirada de direitos dos trabalhadores? Cadê a coragem para ir para o enfrentamento e dizer à sociedade baiana que eles dão sustentação a um governo ilegítimo, imoral e corrupto? Faltou coragem. E faltou coragem, meu querido deputado Adolfo Viana, porque é difícil enfrentar esse grande governador, que tem feito uma revolução em todas as áreas aqui na Bahia.

Faltou também o deputado Pablo Barrozo, que citou a BA-396, deputada Fátima Nunes, revelar que essa estrada, que já foi recuperada de Olindina a Itapicuru, já passou por algumas operações tapa-buracos. Se lhe informaram, informaram errado, deputado Pablo Barrozo. O governador prometeu a recuperação por tapa-buracos, e foi feito. Só que a gente sabe que estrada desgasta. E temos várias BRs na Bahia, mas não vamos entrar nisso.

O que nós e V. Ex.^a, que estive lá recentemente, precisamos também saber são sobre as diversas ações que o governo do estado fez no município de Rio Real, seja na pavimentação asfáltica da avenida principal, seja na sinalização completa da cidade, com instalações de semáforos, seja na crise hídrica, deputado Pablo Barrozo, dos povoados que conheço de perto e que V. Ex.^a também conhece. Nós nunca tivemos um governo para olhar tanto para aquela região como o governador Rui Costa.

Portanto, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu venho aqui na tarde de hoje reafirmar que a Bahia segue e seguirá no caminho do progresso porque nós temos um governador sério, que trabalha, que não mede esforços e que está ao lado do povo brasileiro...

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Pablo Barrozo:- Questão de ordem, presidente. Presidente! Presidente Angelo Coronel, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado.

O Sr. Pablo Barrozo:- Presidente, eu estava aqui ouvindo atentamente o discurso do colega deputado Alex Lima, que representa o município de Rio Real, assim como eu. E eu não fiz um discurso agressivo, deputado, eu fiz um pronunciamento e falei com o coração. Eu fiz o discurso dos baianos que nós encontramos pelas ruas e estão desesperados à procura de emprego, os pais, as mães, os filhos e as famílias que não aguentam mais com tanta violência, aqueles que estão desesperados porque precisam da saúde pública e não veem nenhuma luz no fim do túnel, porque não têm a resposta e o respaldo que o governo do estado teria que dar para nós baianos. Quando eu faço esse discurso, eu procuro fazer com o coração. Em momento algum eu quero ou tenho a intenção de ser agressivo com quem quer que seja, porque eu acho que nós precisamos debater no campo das ideias e da verdade sobretudo.

V. Ex.^a falou do Hospital Municipal de Salvador. Nós, que moramos em Salvador... Eu me considero um soteropolitano, apesar de não ter nascido aqui, mas morei a maior parte da minha vida aqui neste município, nós, que moramos aqui... A cidade do Salvador tem 469 anos de vida, comemorou aniversário há pouco tempo, há alguns meses, e nos 469 anos de vida nunca teve um hospital municipal. O prefeito ACM Neto entregou o hospital municipal agora. Eu sei que V. Ex.^a não conhece bem Salvador e não conhece bem o hospital municipal porque faz política, com muita competência, ali na região de Esplanada, toda aquela região, uma região que V. Ex.^a ama. Mas aqui em Salvador, nos seus 469 anos de vida, pela primeira vez, nós temos a glória de ter um hospital municipal de última ponta, um hospital que funciona muito bem.

Agora, quem entende de saúde pública sabe que um hospital que abre hoje não estará amanhã com 100% dos seus leitos funcionando. Quem entende de saúde pública sabe disso. Existe uma coisa chamada planejamento, e no governo municipal de Salvador tem planejamento. A cobertura de saúde do município de Salvador era pífia, de 16%. Inclusive teve um secretário de Saúde do Partido dos Trabalhadores que faleceu, veio a falecer na gestão do prefeito João Henrique, veio a ser assassinado dentro da Secretaria de Saúde...

O Sr. Alex Lima:- Presidente, isso não é uma questão de ordem, senão a gente vai fazer o debate por questão de ordem.

Então, questão de ordem, presidente.

O Sr. Pablo Barrozo:- (...) Presidente, eu estou aqui a completar, tenho os 5 minutos. O deputado Alex, não sei porque, está incomodado por eu falar aqui e dizer a verdade. V. Ex.^a quer viralizar ou dizer que um vídeo feito por um vereador aqui de Salvador é a mais pura verdade. E a verdade dos fatos é que nós temos um hospital municipal funcionando, postos de saúde reformados, uma UPA que se transformou em nove UPAs aqui em Salvador. Inclusive, aquelas que deixaram de funcionar ou foram fechadas pelo governo do estado, como a de São Caetano, o prefeito ACM Neto compensou.

Então nós temos uma prefeitura que tem planejamento, tem pessoas competentes, tem quadros competentes. As pessoas não estão empregadas lá porque se dão ou se botam à disposição para fechar a porta do Iguatemi sem deixar que gente que quer trabalhar não possa andar para um lado e para o outro. As pessoas trabalham lá porque têm competência, têm histórico e têm disposição para isso.

Então eu não viria aqui e não estaria aqui a ouvir, desmerecer um trabalho tão bem-feito como o da gestão municipal de Salvador, e a saúde de Salvador agradece. Agora infelizmente Salvador, todos os municípios, inclusive os que V. Ex.^a representa, são penalizados pelo governo do estado, que não repassa como deveria repassar os recursos federais que passam pelo governo do estado para ir aos municípios, o governo do estado segura. Na falta de planejamento e da gestão dos bons recursos, o governo do estado segura e fica a prejudicar os municípios.

Portanto, gostaria que V. Ex.^a fizesse coro comigo e me ajudasse a lutar pela estrada que liga Loreto ao município de Rio Real, porque é buraco atrás de buraco, está acabada. As pessoas já não têm um serviço bom de saúde lá, precisam se locomover para o trabalho, para correr atrás... Inclusive, agora, que é a época de plantação de inverno deles, precisam ter condição de se locomover, e a estrada está totalmente esburacada.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria aproveitar essa questão de ordem para pedir uma verificação de quórum. Agradeço a V. Ex.^a.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, na minha formulação da questão de ordem, queria que contasse os 5 minutos apenas para fazer coro ao deputado Pablo Barrozo e solicitar publicamente à Secretaria de Infraestrutura a recuperação daquela estrada tão importante. Mas, aceitando o desafio do DEM, do deputado Pablo Barrozo, vou pedir ajuda dele também para pedir ao seu partido, ao Democratas, para parar de perseguir a Bahia como fizeram recentemente com o empréstimo e ajudar a destravar também essa pauta.

Então, presidente, eu queria solicitar que contasse o tempo regimental e que zerasse o painel, soasse as campainhas e contasse o prazo para o restabelecimento do quórum da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a será atendido, deputado. Solicito à Secretaria Geral da Mesa...

O Sr. Pablo Barrozo:- Presidente! Presidente, eu ouvi o deputado Alex Lima, irei concordar com ele que nós precisamos nos unir, estou aqui a frequentar esta Casa nos últimos 2 meses, 3 meses junto com os servidores do Ministério Público, da Defensoria, clamando para que V. Ex.^{as}, deputados governistas, como é V. Ex.^a, deputado Alex Lima, tenham a sensibilidade com o servidor público e vote os projetos de leis referentes ao Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e ao Ministério Público, projetos desses servidores que, nada mais, estão aqui a pedir por isonomia, por justiça. V. Ex.^a, que é o representante do governo do estado, que fala em nome do governo do estado, V. Ex.^a com certeza hoje vai votar favorável a esses projetos. Conto que V. Ex.^a faça, inclusive, uma campanha aqui junto aos seus colegas para que a gente consiga votar.

Presidente, eu queria pedir a retirada da questão de ordem, da verificação de quórum, até para a gente poder, o mais rápido possível, votar esses projetos aqui, e quero a presença do deputado Alex Lima para nos ajudar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a será atendido, deputado.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ordem do Dia. Há sobre a Mesa o requerimento. O Líder do Bloco da Maioria e da Minoria Parlamentar com assento

nesta Casa vem na forma regimental requerer a V. Ex.^a a dispensa das formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei 22.853/2018, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a alienação do imóvel na forma que indica e dá as providências. (Pausa)

Aprovado.

Srs. Deputados, a presidência defere.

Há sobre a Mesa também requerimento, inclusive do Bloco da Maioria e da Minoria Parlamentar para, na forma regimental, solicitar as dispensas de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo os seguintes projetos: Projeto de Lei nº 20.765/2014 e Projeto de Lei nº 21.345/2015, do Ministério Público. (Pausa)

Aprovado.

A presidência defere.

O Líder do Bloco da Maioria e da Minoria Parlamentar com assento nesta Casa vem, na forma regimental, requerer as dispensas de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo os seguintes projetos: Projetos de Lei nº 22.802/2018, 22.828/2018, 22.837/2018, 22.860/2018, do Tribunal de Justiça.

A presidência defere.

Em discussão única e votação, Projeto de Lei nº 22.766/2018, procedência do Poder Executivo, que autoriza a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas com o extinto Banco do Estado da Bahia S.A. (Baneb) e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (Fundese) ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (Desenbahia).

Designo para relatar a matéria... Esse projeto tem um pedido de vista do deputado Hildécio Meireles, submeto no âmbito das comissões o parecer do relator **(Parecer verbal do Deputado Rosemberg Pinto, apresentado na 41ª Sessão Ordinária do dia 15/05/2018)**. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário, Projeto de Lei nº 22.766/2018. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 22.766/2018

Autoriza a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas com o extinto Banco do Estado da Bahia S.A. — BANEb e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico — FUNDESE ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. — DESENBAHIA.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a liquidação, à vista ou em parcelas, nas condições previstas nesta Lei, de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas com o extinto Banco do Estado da Bahia S.A — BANEBA e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico — FUNDESE ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. — DESENBAHIA.

Art. 2º - Poderão gozar dos benefícios previstos nesta Lei:

I - pessoas físicas ou jurídicas que contrataram operações de crédito junto ao extinto BANEBA cedidas ao FUNDESE ou à DESENBAHIA;

II - pessoas físicas ou jurídicas que são coobrigadas em operações de crédito contratadas junto ao extinto BANEBA cedidas ao FUNDESE ou à DESENBAHIA, na condição de fiador, avalista ou hipotecante.

Art. 3º - A liquidação da dívida poderá ser realizada à vista ou em parcelas, na forma que segue:

I - pagamento à vista:

a) para operações de crédito com saldo devedor de até R\$100.000,00 (cem mil reais), a liquidação da dívida será realizada através do pagamento de 40% (quarenta por cento) do valor do principal da dívida;

b) para operações com saldo devedor acima de R\$100.000,00 (cem mil reais) e até R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a liquidação da dívida será realizada através do pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor do principal da dívida;

c) para operações com saldo devedor acima de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), a liquidação da dívida será realizada através do pagamento de 60% (sessenta por cento) do valor do principal da dívida;

d) para operações com saldo devedor acima de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), a liquidação da dívida será realizada através do pagamento de 70% (setenta por cento) do valor do principal da dívida;

e) para operações com saldo devedor acima de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), a liquidação da dívida será realizada através do pagamento de 80% (oitenta por cento) do valor do principal da dívida;

II - o pagamento parcelado poderá ser realizado em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com acréscimo da taxa de juros fixa de 12% (doze por cento) ao ano, calculado pelo sistema da Tabela Price, sobre o valor de liquidação da dívida estabelecido conforme disposto no inciso I do art. 3º desta Lei.

§ 1º - O saldo devedor e o valor do principal da dívida serão apurados conforme definidos no sistema de controle de ativos da DESENBAHIA, devendo ser

corrigidos até a data da liquidação.

§ 2º - Considera-se como valor do principal da dívida, o valor cedido pelo BANEBA, atualizado pela Taxa Referencial do Banco Central do Brasil, instituída pela Lei Federal nº 8.177, de 1º de março de 1991, a partir da cessão do crédito até a data da liquidação ou parcelamento.

Art. 4º - Em caso de inadimplência das parcelas repactuadas na forma do inciso II do art. 3º desta Lei, os benefícios concedidos serão cancelados e a dívida voltará a ser cobrada pelo seu valor integral, deduzidos os valores efetivamente pagos.

Parágrafo único - A DESENBAHIA poderá manter os benefícios concedidos para pagamentos de parcelas com atraso de até 120 (cento e vinte) dias, cobrando mora de 1% (um por cento) ao mês sobre a parcela em atraso.

Art. 5º - Fica estabelecido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses para a adesão dos interessados aos benefícios previstos nesta Lei, contado da data de sua publicação.

Parágrafo único - No caso de mutuários que também estejam inadimplentes junto à DESENBAHIA por conta de outras operações de crédito, a adesão aos benefícios trazidos nesta Lei fica condicionada à renegociação de todos os contratos, qualquer que seja a fonte do recurso utilizado.

Art. 6º - A DESENBAHIA, ao final do prazo de adesão fixado no art. 5º desta Lei, deverá manter ou providenciar a imediata cobrança judicial dos contratos em estado de inadimplência e não repactuados com base nesta Lei, de acordo com as políticas aplicadas por aquela instituição.

Parágrafo único - Os contratos que já são objeto de cobrança judicial deverão ter o acordo de renegociação homologado nos autos do processo judicial, ficando as despesas de custas judiciais e honorários advocatícios por conta do mutuário incidentes sobre o valor de liquidação da dívida.

Art. 7º - Fica a DESENBAHIA, na qualidade de gestora do FUNDESE, conforme estabelece o art. 9º da Lei nº 7.599, de 07 de fevereiro de 2000, autorizada a adotar as providências que se fizerem necessárias à aplicação da repactuação de que trata esta Lei, observadas as políticas e normas da instituição.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2018.

Deputado Rosemberg Pinto

Relator

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Projeto de Lei nº 22.775/2018, do Poder Executivo. Faltam os pareceres das comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo para relatar a matéria Zé Raimundo, grande deputado oriundo de Vitória da Conquista.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA:- Sr. Presidente, (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.775/2018, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘altera a Lei 7.800, de 13 de fevereiro de 2001.’*

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exmº Sr. Governador do Estado, o projeto de lei que ora passo a relatar, propondo a alteração da Lei nº 7.800/2001, que instituiu o Prêmio por Desempenho Fazendário, ‘com o intuito de retificar a nomenclatura do Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – FUNPREV e incluir o Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – BAPREV, uma vez que existem, atualmente, dois fundos previdenciários no Estado da Bahia”, segundo registra a Mensagem Governamental.

Trata-se, assim, de medida de caráter meramente administrativo, necessária à atualização da lei que instituiu o Prêmio por Desempenho Fazendário e da legislação previdenciária dos servidores públicos estaduais.

O projeto não recebeu emendas. No entanto, cabe-me, na condição de Relator, propor algumas alterações, para uma melhor gestão dos recursos, apresentando s seguintes emendas:

Emenda de Relator nº 1: Altere-se o art. 2º, na forma a seguir indicada, bem como acrescente-se um art. 3º ao Projeto de Lei nº 22.775/2018, renumerando-se o atual art. 2º para art. 4º, com as seguintes redação:

“Art. 2º- Ficam acrescidos os §§ 1º e 2º ao art. 14 da Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, com as com as seguintes redações.”

Aí segue, Sr. Presidente, uma série dos caputs enumerados.

“(…) Justificativa: A presente emenda tem por objetivo adequar o fluxo da contribuição patronal às efetivas necessidades dos servidores públicos, criando uma melhor gestão do referido recurso.

Emenda de Relator nº 2: A emenda ao Projeto de Lei nº 22.775/2018, passa a ter a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, a Lei nº 7.800, de 13 de fevereiro de 2001 e a Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005”.

Justificativa: A presente emenda vem alterar a ementa do Projeto de Lei nº 22.775/2018 apenas para acomodar a proposta da Emenda de Relator nº 1.

Ante o exposto, e considerando que o projeto ora relatado encontra-se em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de inexistirem restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação com as alterações introduzidas pelas emendas se Relator.

É o Parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 5 de junho de 2018.”

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator no âmbito das comissões. Encerrada a discussão. Em votação.

Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em Plenário. Projeto de Lei 22.775/2018, procedente do Poder Executivo. Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 22.775/2018

Altera a Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, a Lei nº 7.800, de 13 de fevereiro de 2001 e a Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 5º-A da Lei nº 7.800, de 13 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º-A -

Parágrafo único - Poderão ser somados os períodos de percepção do Prêmio anteriores ao ano de 2014, para fins de sua incorporação aos proventos de aposentadoria, condicionado ao prévio recolhimento, pelo interessado, da contribuição mensal ao Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV ou ao Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - BAPREV, de acordo com a vinculação estabelecida pelos arts. 4º e 6º da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, relativa ao período pretérito que se pretenda somar.” (NR)

Art. 2º - Ficam acrescidos os §§ 1º e 2º ao art. 14 da Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, com as seguintes redações:

“Art. 14 –

.....

§ 1º - Constituirão conta de reserva técnica 50% (cinquenta por cento) dos recursos descritos no inciso II do caput deste artigo.

§ 2º - Os recursos acumulados na conta de reserva técnica prevista no § 1º deste artigo serão direcionados até o décimo dia do mês de dezembro de cada ano:

- a) ao próprio FUNSERV, integral ou parcialmente, se as estimativas de gastos apontarem para a necessidade de sua utilização;
- b) ao Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV.” (NR)

Art. 3º - Fica acrescido o § 2º ao art. 13 da Lei nº 9.528, de 22 de junho de 2005, renumerando-se o seu parágrafo único para § 1º, com as seguintes redações:

“**Art. 13** -

§ 1º - Constituem recursos do FUNSERV aqueles previstos no art. 10 desta Lei, excetuados 50% (cinquenta por cento) daqueles descritos no inciso II do referido artigo, que constituirão conta de reserva técnica.

§ 2º - Os recursos acumulados na conta de reserva técnica prevista no § 1º deste artigo serão direcionados até o décimo dia do mês de dezembro de cada ano:

- a) ao próprio FUNSERV, integral ou parcialmente, se as estimativas de gastos apontarem para a necessidade de sua utilização;
- b) ao Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV.” (NR)

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2018.

Deputado Zé Raimundo
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Este projeto é o do BAPREV.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Próximo projeto, secretário. Projeto de Lei 22.768/2018, procedente do Poder Executivo.

Autoriza o Poder Executivo a conceder o direito real de uso de área de terra que indica. É o projeto da ampliação da fábrica da Pegada em Castro Alves. Este aqui é o de Governador Mangabeira.

Designo para relatar a matéria o deputado Angelo Almeida.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- (Lê) “*PARECER*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.768/2018,

de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso da área de terra que indica”.

Através do projeto que ora venho relatar pretende, o Poder Executivo, obter desta Casa a necessária autorização para proceder a concessão, a título gratuito, do direito real de uso de um terreno de propriedade do Estado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano.

A referida área, onde funciona o campus de Governador Mangabeira, totaliza 260.967,49m² e está situada na Estrada Velha da CHESF, Bairro Portão, s/n, no Município de Governador Mangabeira, e a concessão destina-se “exclusivamente à melhoria da infraestrutura do bem imóvel, através do recebimento de recursos por parte da União, sendo, para tanto, necessária a transferência do bem”, conforme registra a Mensagem Governamental.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, e não existindo quaisquer restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2018.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator no âmbito das comissões. (Pausa)

Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário, Projeto de Lei nº 22.768/2018, do Poder Executivo. Os Srs. Deputados que são a favor permaneçam como se encontram. (Pausa)

PROJETO DE LEI Nº 22.768/2018

Autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso da área de terra que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, a título gratuito, a concessão de direito real de uso, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano, da área de terra e edificações totalizando 260.967,49m², onde funciona o *Campus* de Governador Mangabeira, situada na Estrada Velha da CHESF, Bairro Portão, s/n, no Município de Governador Mangabeira - Bahia, registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Muritiba, sob o R-3, matrícula nº 87, do Livro 02, e cadastrado no

Sistema de Controle de Bens Imóveis - SIMOV, da Secretaria da Administração, sob o nº 1747, conforme memorial descritivo e coordenadas georreferenciadas constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - A concessão de direito real de uso da área descrita no art. 1º desta Lei, destina-se exclusivamente à melhoria da infraestrutura do referido bem imóvel.

Parágrafo único - A concessionária se obriga a iniciar as atividades previstas no *caput* deste artigo no prazo de 02 (dois) anos, contados da data da celebração do contrato de concessão de direito real de uso.

Art. 3º - A concessão de direito real de uso de que trata esta Lei terá o prazo de vigência de 20 (vinte) anos, a partir da assinatura do respectivo contrato, podendo ser prorrogada, por igual período, mediante Termo Aditivo.

Art. 4º - O não cumprimento da finalidade e do encargo previsto no art. 2º desta Lei, bem como o desvio da finalidade na utilização do imóvel, importará na extinção do direito real ora reconhecido e na reversão automática do imóvel ao patrimônio estadual, retornando a área e a posse ao pleno domínio do Estado, com suas acessões e benfeitorias, sem direito à indenização.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

RUI COSTA
Governador

ANEXO ÚNICO

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: IF Baiano *Campus* Governador Mangabeira

Município: Governador Mangabeira

Estado: Bahia

Matrícula: 87

Código Incra: 321.095.000.574

Área: 260.967,49m²

Perímetro: 2.188,69m

Comarca: Muritiba

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice E66M0010, de coordenadas N = 8.606.286,4880m e E = 496.629,1583m, situado no limite com AGRO Mata Fina, deste, segue com azimute de 120°08'00" e distância de 629,86m, confrontando neste trecho com Zona Urbana do Município de Governador Mangabeira, até o vértice E66M0011, de coordenadas N = 8.605.970,2880m e E = 497.173,8994m; deste, segue com azimute de 211°30'51" e distância de 212,33m, confrontando neste trecho com Zona Urbana do Município de Governador Mangabeira, até o vértice E66M0012, de coordenadas N = 8.605.789,2750m e E = 497.062,9130m; deste, segue com azimute de 299°21'39" e distância de 135,78m, confrontando neste trecho com Sônia Maria Pereira do Nascimento, até o vértice E66M0013, de coordenadas N

= 8.605.855,8470m e E = 496.944,5773m; deste, segue com azimuth de $227^{\circ}34'34''$ e distância de 44,79m, confrontando neste trecho com Sônia Maria Pereira do Nascimento, até o vértice E66M0014, de coordenadas N = 8.605.825,6330 m e E = 496.911,5166m; deste, segue com azimuth de $227^{\circ}40'03''$ e distância de 127,74m, confrontando neste trecho com Sônia Maria Pereira do Nascimento, até o vértice E66M0015, de coordenadas N = 8.605.739,6110m e E = 496.817,0874m; deste, segue com azimuth de $227^{\circ}47'22''$ e distância de 33,77m, confrontando neste trecho com Sônia Maria Pereira do Nascimento, até o vértice E66M0016, de coordenadas N = 8.605.716,9230m e E = 496.792,0752m; deste, segue com azimuth de $232^{\circ}57'51''$ e distância de 4,84m, confrontando neste trecho com Cesário Vieira do Vale, até o vértice E66M0017, de coordenadas N = 8.605.714,0050m e E = 496.788,2079m; deste, segue com azimuth de $248^{\circ}17'20''$ e distância de 6,97m, confrontando neste trecho com Dr. Augusto, até o vértice E66M0018, de coordenadas N = 8.605.711,4270m e E = 496.781,7333m; deste, segue com azimuth de $278^{\circ}15'33''$ e distância de 185,07m, confrontando neste trecho com Walter Araújo de Souza, até o vértice E66M0019, de coordenadas N = 8.605.738,0120m e E = 496.598,5873m; deste, segue com azimuth de $310^{\circ}00'11''$ e distância de 243,61m, confrontando neste trecho com Agro Mata Fina, até o vértice E66M0020, de coordenadas N = 8.605.894,6100m e E = 496.411,9820m; deste, segue com azimuth de $49^{\circ}01'32''$ e distância de 63,54m, confrontando neste trecho com Agro Mata Fina, até o vértice E66M0021, de coordenadas N = 8.605.936,2740m e E = 496.459,9540m; deste, segue com azimuth de $315^{\circ}22'45''$ e distância de 130,83m, confrontando neste trecho com Agro Mata Fina, até o vértice E66M0022, de coordenadas N = 8.606.029,3940m e E = 496.368,0580m; deste, segue com azimuth de $32^{\circ}56'28''$ e distância de 16,20m, confrontando neste trecho com Agro Mata Fina, até o vértice E66M0023, de coordenadas N = 8.606.042,9930m e E = 496.376,8694m; deste, segue com azimuth de $53^{\circ}15'43''$ e distância de 108,23m, confrontando neste trecho com Agro Mata Fina, até o vértice E66M0024, de coordenadas N = 8.606.107,7290m e E = 496.463,5993m; deste, segue com azimuth de $46^{\circ}10'51''$ e distância de 37,73m, confrontando neste trecho com Agro Mata Fina, até o vértice E66M0025, de coordenadas N = 8.606.133,8500m e E = 496.490,8197m; deste, segue com azimuth de $42^{\circ}59'02''$ e distância de 203,84m, confrontando neste trecho com Agro Mata Fina, até o vértice E66M0026, de coordenadas N = 8.606.282,9680m e E = 496.629,7966m; deste, segue com azimuth de $349^{\circ}43'19''$ e distância de 3,58m, confrontando neste trecho com Agro Mata Fina, até o vértice E66M0010, de coordenadas N = 8.606.286,4880m e E = 496.629,1583m, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir das estações ativas da RBMC de Salvador - INCRA SAVO, de coordenadas E = 561.583,0340m e N = 8.569.514,4040m, e

Vitória da Conquista - BAVC, de coordenadas E = 306.067,8340m e N = 8.353.243,0430m, obteve a Base_Sat_0002 de coordenadas E = 496.623,9670m e N = 8.606.144,7220m, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 39° WGr/EGr, tendo como o Datum SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Aprovado. Esse é o da doação da área em Governador Mangabeira.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, vejo que a Casa está avançando com a aprovação de vários projetos. Queria pedir a V. Ex.^a para que, se possível, colocasse para votar ainda hoje o Projeto 21.717/2015, que trata do abono pecuniário dos servidores do Tribunal de Justiça da Bahia. Queria pedir a V. Ex.^a para que pudesse incluir na pauta de hoje para que, juntamente com esses outros projetos, a gente pudesse avançar nessa pauta também.

Os servidores estão aqui na Casa aguardando ansiosamente. Vejo que a Casa está avançando na votação de vários projetos e eu sei que V. Ex.^a vai conseguir costurar, juntamente com o Líder do Governo e da Oposição, a condição para que a gente possa também votar o Projeto 21.717/2015.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- O deputado Adolfo – eu já estava aqui com esse projeto em mãos – faz essa solicitação, e eu quero dizer a V. Ex.^a que o Projeto 21.717/2015, que trata do plano de desempenho dos servidores do Judiciário, está nesta Casa desde 2015. Esse projeto, Sr. Presidente, não terá nenhum aumento de despesa para o Poder Judiciário, porque o que eles já recebem vai apenas ser legalizado.

Na condição de Líder da Minoria, nós estamos nos disponibilizando para assinar todas as dispensas de formalidades para poder aprovar esse projeto. Por isso, faço coro ao deputado Adolfo Viana para pedir a V. Ex.^a e ao deputado Zé Neto que coloquemos em votação esse Projeto 21.717/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O pedido de V. Ex.^a, o deputado Zé Neto acabou de escutar. Cabe a V. Ex.^{as} acordarem no momento certo. A Presidência está aqui para votar tudo que estiver na ordem do dia. Nossa maior importância é dar celeridade às matérias do Poder Judiciário, do Ministério Público e também do Executivo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Projeto de Lei 22.853/2018, do Poder Executivo, que autoriza a alienação de imóvel na forma que indica. Este é o imóvel da empresa Pegada, no município de Castro Alves.

Designo para relatar a matéria o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Projeto de lei encaminhado pelo governador Rui Costa, que encaminha da seguinte forma para esta Casa:

(Lê) “Tenho a honra de encaminhar a V. Ex.^a, para apreciação desta augusta Assembleia Legislativa do Estado, o anexo ao Projeto de Lei que autoriza a alienação de imóvel para fins de fomento à atividade empresarial na forma que indica, e dá outras providências. A presente proposição tem por objetivo obtenção de autorização legislativa necessária à alienação da área de terras pertencentes a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – Sudic – autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico situada no município de Castro Alves.

A alienação visa dar seguimento a política de desenvolvimento econômico e social do estado, atrair novos investimentos e fomentar a indústria, o comércio e a prestação de serviço, de modo a garantir a geração de empregos e crescimento regional, no intuito de cumprir a finalidade a que se destina a referida autarquia. Conforme previsto no art. 79, da Constituição do Estado, solicito, na apreciação do presente projeto, que seja observado o regimento de urgência, aproveitando o ensejo para renovar a V. Ex.^a e a seus dignos pares protesto de elevada estima e distinta consideração.”

Presidente, do ponto de vista legal, olhando a legalidade e a constitucionalidade deste projeto, eu opino pela sua aprovação, pois as formalidades estão cumpridas neste projeto.

E ao mesmo tempo eu queria parabenizar a luta do deputado Luciano Simões Filho, aqui nosso colega, e toda a Bancada da Oposição, que se dispôs a destravar a pauta de votação, que inclusive nós estávamos travando, em alguns momentos, em protesto a alguns projetos que não eram colocados em pauta, como o do Ministério Público, o da Defensoria Pública e do Tribunal de Justiça. E nós travávamos a pauta porque achávamos que nós deveríamos votar aqui projetos seguindo uma ordem, inclusive a urgência, que não era só determinada pelo governo do estado, mas a urgência sentida por todos nós deputados daqui, que temos que ter a sensibilidade de olhar pela Bahia no que é importante para a Bahia.

E, ao mesmo tempo em que eu parabenizo toda a Bancada da Oposição – em nome do Líder da Minoria, o deputado Luciano Ribeiro – e o deputado Luciano Simões Filho, que foi um dos que mais teve responsabilidade para que esse projeto pudesse ter sido votado hoje, se não o maior responsável, eu queria dizer que, hoje, eu tenho a esperança, porque, em 4 anos nesta Casa, é o primeiro projeto, deputado Adolfo Viana, primeiro projeto... E a deputada Fátima Nunes, bondosa que foi comigo, disse que eu era jovem e que não vi alguns momentos passados da política da nossa Bahia. Mas eu vi, sim. Não sou tão jovem assim e eu lembro, inclusive, de participar de governos passados em que nós inaugurávamos fábricas no interior da

Bahia a quase todo instante, a exemplo de Terra Nova, Cruz das Almas, Itapetinga. Nós inaugurávamos fábricas a quase todo instante, e isso gerava emprego e renda nos municípios do interior.

Este é um projeto bom para a Bahia, é um projeto que vai trazer benefícios, sobretudo, para o município de Castro Alves. Portanto, quero aqui dizer da minha esperança, porque em 4 anos é o primeiro. Espero que o governo do estado acorde para a realidade. Que seja um governo promissor, à frente do seu tempo, em vez de ficar marcando passo, porque, deputado Euclides, o governo do estado não pode andar a passo de tartaruga, tem que ser rápido, sobretudo quando nós competimos com estados que estão muito mais desenvolvidos do que o nosso e muito mais bem gerenciados.

Queria até aqui falar e aproveitar... Estou vendo que o deputado Euclides, hoje, na CCJ, fez um questionamento. Deputado Luciano Ribeiro, hoje o deputado Euclides, na CCJ, fez de público, se colocou à disposição para votar o projeto de V. Ex.^a a respeito das mudanças que V. Ex.^a apresentou para a gente poder votar aqui e para todos os deputados terem mais liberdade para votar e apresentar os projetos. Deputado Euclides, hoje, declarou apoio ao seu projeto, que é um projeto bom para a Casa e bom para a Bahia. Deputado Euclides, que faz parte da Base do Governo, mesmo assim declarou apoio a um projeto bom, mostrando o homem público que ele é. Eu tenho, deputado Euclides, gravado, na sessão da CCJ, a sua declaração. Vou cobrar no momento certo. Quero parabenizá-lo pelo posicionamento e vou cobrar.

Portanto, Sr. Presidente, esse projeto aqui não tem vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade. É um projeto constitucional, legal. E eu, no meu relatório aqui, recomendo a aprovação. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator no âmbito das Comissões.

Encerrada a discussão. (Pausa)

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário: Projeto de Lei nº 22.853/2018, do Poder Executivo, que autoriza a alienação de imóvel na forma que indica, e dá outras providências. É um imóvel que, situado no município de Castro Alves, vai fazer a ampliação da fábrica da Pegada, para gerar mais emprego e renda. Quero parabenizar o Governador Rui Costa (Palmas) por essa sensibilidade em ampliar, doando esse imóvel para que o povo de Castro Alves tenha mais opção de emprego. E também o prefeito Thiancle, que esteve também, nessa manhã, aqui na Assembleia, reunido com o deputado Luciano Ribeiro, com o deputado Luciano Simões, com o deputado Zé Neto, com a Câmara de Vereadores de Castro Alves, lutando para que esse projeto fosse votado na tarde de hoje.

Então, parabéns a todas as pessoas envolvidas neste projeto, que vai ser de grande valia para Castro Alves e região. (Palmas)

PROJETO DE LEI Nº 22.853/2018

Autoriza a alienação de imóvel na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC, autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, autorizada a alienar área de terra medindo de 9.279,66m², de sua propriedade, localizada na Rodovia BA 242, nº 920, CEP: 44.500-000, no Município de Castro Alves - BA, integrante da maior porção matriculada sob o nº 7.770, no Livro 02, perante o 1º Ofício do Registro de Imobiliário da Comarca de Castro Alves - BA, livre e desembaraçada de ônus, cláusulas ou hipotecas, conforme pode ser constatado no Cartório de Registro mencionado, conforme memorial descritivo constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - A alienação do imóvel a que se refere o art. 1º desta Lei destina-se à instalação de empreendimento industrial, devidamente aprovado após análise administrativa de seus respectivos projetos.

Art. 3º - O não cumprimento da finalidade prevista no art. 2º desta Lei, no prazo de 05 (cinco) anos contados a partir da efetivação da alienação, importará na reversão automática das áreas ao patrimônio da SUDIC.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

RUI COSTA
Governador

ANEXO ÚNICO

Memorial descritivo: partindo do marco 1, situado no limite com Luciano de Santana Castro, definido pela coordenada geográfica de Latitude 12°45'32,02" sul e longitude 39°25'04,24" oeste, Datum WGS-84 e pela coordenada plana UTM 8.589.490,395m norte e 454.644,545m leste, referida ao meridiano central 39°00'00" WGr, deste, confrontando neste trecho com Luciano de Santana Castro, no quadrante nordeste, seguindo com distância de 66,620m e azimuth plano de 122°37'13", e pela coordenada plana UTM 8.589.490,395m norte e 454.644,545m leste, chega-se ao marco 2, deste confrontando neste trecho com área remanescente da SUDIC, no quadrante sudeste, seguindo com distância de 149,057m e azimuth plano de 219°09'24", e pela coordenada plana UTM 8.589.454,482m norte e 454.700,657m

leste, chega-se ao marco 3, deste, confrontando neste trecho com área remanescente da SUDIC, no quadrante sudoeste, seguindo com distância de 47,285m e azimuth plano de 309°17'59", e pela coordenada plana UTM 8.589.338,900m norte e 454.606,536m leste, chega-se ao marco 4, deste confrontando neste trecho com área remanescente da SUDIC, no quadrante noroeste, seguindo com distância de 22,504m e azimuth plano de 37°00'50", e pela coordenada plana UTM 8.589.368,849m norte e 454.569.945m leste, chega-se ao marco 5, deste confrontando neste trecho com área remanescente da SUDIC, no quadrante sudoeste, seguindo com distância de 19,503m e azimuth plano de 309°17'09", e pela coordenada plana UTM 8.589.386,818m norte e 454.583,492m leste, chega-se ao marco 8, deste confrontando neste trecho com Rodovia BR 242 que liga o Município de Castro Alves ao Município de Sapeaçu, no quadrante noroeste, seguindo com distância de 118,832m e azimuth plano de 39°51'06", e pela coordenada plana UTM 8.589.399,167m norte e 454.568,397m leste, chega-se ao marco 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Mudando agora de Poder, agora Poder Judiciário. Projeto de Lei 22.802/2018, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado, cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – Funseg/BA – e dá outras providências.

Designo, para relatar a matéria, o deputado Bobô. É um homem que tem boas amizades dentro do Tribunal de Justiça, principalmente dos desembargadores que torcem pelo Bahia. Deputado Bobô com a palavra. Ou a emoção chegou ao seu cérebro com a relatoria deste projeto de tamanha importância para o magistrado da Bahia?

O Sr. BOBÔ:- Muito obrigado, meu Presidente. Obrigado pela sua generosidade, Coronel.

(Lê) *O Projeto de Lei 22.802/2018 cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNNSEG-BA e dá outras providências.*

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual de Segurança- FUNSEG-BA, ente com autonomia financeira, administrativa e patrimonial próprias, vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Art. 2º - O FUNSEG-BA tem por objetivo suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros destinados:

I à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados; e

II à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados.

Art. 3º - Os recursos do FUNSEG deverão ser aplicados em:

I manutenção dos serviços de segurança;

II formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança dos magistrados;

III aquisição do material permanente, equipamentos e veículos especiais imprescindíveis à segurança dos magistrados;

IV participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades realizados no Brasil ou no exterior; e

V as atividades relativas à sua própria gestão e manutenção, excetuando-se despesas com os servidores já remunerados pelos cofres públicos.”

A matéria é constitucional e legal e eu recomendo a aprovação, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator no âmbito das comissões. Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em plenário, Projeto de Lei 22.802/2018. Srs. Deputados que são a favor permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado. A criação do Funseg/BA.

PROJETO DE LEI Nº 22.802/2018

Cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG-BA e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG-BA, ente com autonomies financeira, administrativa e patrimonial próprias, vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Art. 2º - O FUNSEG-BA tem por objetivo suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros destinados:

I- à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados; e

II- à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados.

Art. 3º - Os recursos do FUNSEG-BA deverão ser aplicados em:

I- manutenção dos serviços de segurança;

II- formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança dos magistrados;

III- aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais, imprescindíveis à segurança dos magistrados;

IV- participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades, realizados no Brasil ou no exterior; e

V- atividades relativas à sua própria gestão e manutenção, excetuando-se despesas com os servidores já remunerados pelos cofres públicos.

Art. 4º - Constituem receitas do FUNSEG-BA:

I- 0,5% (meio por cento) do produto da arrecadação das custas judiciais;

II- créditos consignados no orçamento do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e em leis especiais;

III- doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que o FUNSEG-BA venha a receber de organismos ou entidades nacionais e estrangeiras;

IV- rendimentos de depósitos bancários e outras aplicações financeiras de suas próprias contas;

V- produtos das multas contratuais, cauções ou depósitos que reverterem a crédito do Poder Judiciário, oriundas das despesas realizadas pelo FUNSEG-BA;

VI- 20% (vinte por cento) das receitas provenientes da alienação de bens e materiais inservíveis do Tribunal de Justiça;

VII- toda receita proveniente da alienação dos bens e materiais inservíveis adquiridos pelo FUNSEG-BA mediante doação ou com seus próprios recursos;

VIII- 20% (vinte por cento) das receitas provenientes da locação de espaços físicos do Poder Judiciário Estadual;

IX- os recursos provenientes das multas por ato atentatório ao exercício da jurisdição, nos termos da legislação processual;

X- receitas provenientes de convênios celebrados pelo FUNSEG-BA com pessoas jurídicas de direito público e direito privado, órgãos públicos e entidades internacionais; e

XI- outras fontes de financiamento, definidas em lei.

Art. 5º - Os recursos financeiros do FUNSEG-BA serão movimentados exclusivamente em contas especiais próprias, através de instituições financeiras oficiais aprovadas pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Art. 6º - A gestão do FUNSEG-BA estará subordinada à Comissão Permanente de Segurança do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Art. 7º - Fica autorizada a Comissão Permanente de Segurança do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia a celebrar termos de cooperação com pessoas jurídicas de direito público e direito privado, órgãos públicos e entidades internacionais.

Art. 8º - Aplicam-se à execução financeira, orçamentária e patrimonial do FUNSEG-BA as normas gerais da legislação estadual pertinente.

Art. 9º - O FUNSEG-BA sujeita-se à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, sem prejuízo do controle interno e de auditoria que o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia adotar.

Art. 10 - Os bens adquiridos com recursos do FUNSEG-BA serão incorporados ao patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Art. 11 - O Tribunal de Justiça do Estado Bahia editará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os atos necessários à operacionalidade do FUNSEG-BA, quanto à organização administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em de de 2018.

RUI COSTA
Governador

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 DIRETORIA DE FINANÇAS

QUADRO DE RECEITA DO FUNDO (FUNSEG) – ESTIMATIVA

DISCRIMINAÇÃO	VALOR ESTIMADO	OBSERVAÇÃO
I. ARRECADAÇÃO DAS CUSTAS JUDICIAIS		
a) Custas Judiciais – Arrecadação total estimada	R\$ 307.934.000,00	Refere-se ao valor previsto no orçamento de 2018
b) Inciso I, Art. 4º – participação FUNSEM-BA (0,5%)	R\$ 1.539.670,00	
II. CRÉDITOS CONSIGNADOS NO ORÇAMENTO DO TJBA		
	-	Créditos pertencentes ao Orçamento do TJBA a serem negociados com a Presidência (previsão e concessão incertas)
III. DOAÇÕES	R\$ 1.000,00	Sem condições técnicas de previsão
IV. RENDIMENTOS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	R\$ 99.405,00	Atribuiu-se 0,5% do valor da receita anual
V. MULTAS CONTRATUAIS/CAUÇÕES/DEPÓSITOS	R\$ 1.000,00	Sem condições técnicas de previsão
VI. ALIENAÇÃO DE BENS MATERIAIS INSERVÍVEIS (20%)	R\$ 116.000,00	Derivadas de leilões do TJBA (20%)
VII. ALUGUÉIS DE ESPAÇO (20%)	R\$ 57.612,42	Referente à locação de espaços
VIII. MULTAS POR ATO ATENTATÓRIO	R\$ 1.000,00	Sem condições técnicas de previsão
IX. RECEITAS PROVENIENTES DE CONVÊNIOS	R\$ 1.000,00	Sem condições técnicas de previsão
X. OUTRAS FONTES	R\$ 1.000,00	Sem condições técnicas de previsão
TOTAL	R\$ 1.817.687,42	

Notas:

(1) Valores estimados com base na previsão orçamentária de 2018.

(2) A receita referente a aluguéis de espaço foi calculada com base no valor arrecadado de 2017.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Próximo projeto: Projeto de Lei 22.828/2018, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre extinção, transformação e criação de cargos comissionados no âmbito do Poder Judiciário do estado da Bahia.

Designo para relatar a matéria o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Parecer ao Projeto de Lei 22.828/2018, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

(Lê) “*PARECER*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.828/2018, de autoria do Poder Judiciário, o qual “dispõe sobre a extinção, transformação e criação de cargos comissionados no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.”

Emenda de Relator:

Suprima-se o inciso IV do art. 1º do Projeto de Lei nº 22.828/2018.

Justificativa: o projeto original propunha a extinção do cargo de Diretor de Secretaria de Câmara em decorrência da desativação da Câmara do Oeste. No entanto, tendo em vista a possibilidade de criação de mais 2 (duas) Câmaras Cíveis para integrar os Órgãos do Tribunal, torna-se necessária a manutenção do referido cargo.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, e não havendo restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação com a modificação introduzida pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2018.”

O parecer é sim, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator no âmbito das comissões. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário. Projeto de lei 22.828/2018. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 22.828/2018

Dispõe sobre a extinção, transformação e criação de cargos comissionados no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Ficam extintos os seguintes cargos comissionados do quadro de servidores do Poder Judiciário:

I - 04 (quatro) cargos de Assessor, símbolo TJ-FC-3, criados pela Lei nº 5.516, de 17 de novembro de 1989;

II - 28 (vinte e oito) cargos de Supervisor do SAJ, símbolo TJ-FC-3, criados pela Lei nº 11.916, de 27 de maio de 2010;

III - 02 (dois) cargos de Oficial de Gabinete, símbolo TJ-FC-4, criados pela Lei nº 11.915, de 27 de maio de 2010.

Art. 2º - Ficam transformados, mantidos os respectivos símbolos:

I - o cargo de provimento temporário de Diretor Geral, símbolo TJ-FC-1, criado pela Lei nº 5.972, de 20 de setembro de 1990, no cargo comissionado de Secretário-Geral da Presidência;

II - o cargo comissionado de Assistente Militar, símbolo TJ-FC-2, criado pela Lei nº 5.516, de 17 de novembro de 1989, no cargo comissionado de Chefe do Gabinete de Segurança Institucional;

III - o cargo comissionado de Assessor Técnico de Estatística, símbolo TJ-FC-3, criado pela Lei nº 11.918, de 16 de junho de 2010, no cargo comissionado de Coordenador de Estatística;

IV - o cargo comissionado de Chefe de Serviço de Automação, símbolo TJ-FC-3, criado pela Lei nº 5.972, de 20 de setembro de 1990, no cargo comissionado de Coordenador de Projetos e Processos, símbolo TJ-FC-3;

V - 01 (um) cargo comissionado de Assessor, símbolo TJ-FC-3, criado pela Lei nº 5.516, de 17 de novembro de 1989, no cargo comissionado de Sub-chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

Art. 3º - Ficam criados, para atender às necessidades dos serviços judiciários, os seguintes cargos comissionados:

I - 01 (um) cargo comissionado de Assessor Jurídico da Presidência, símbolo TJ-FC-2;

II - 01 (um) cargo comissionado de Assessor Técnico Administrativo da Presidência, símbolo TJ-FC-2;

III - 01 (um) cargo comissionado de Diretor de Planejamento Estratégico, símbolo TJ-FC-2;

IV - 01 (um) cargo comissionado de Diretor de Primeiro Grau, símbolo TJ-FC-2;

V - 14 (catorze) cargos comissionados de Chefe de Serviço, símbolo TJ-FC-4, para atuação no Serviço de Atendimento Judiciário do interior do Estado;

VI - 02 (dois) cargos comissionados de Chefe de Setor, símbolo TJ-FC-4;

VII - 32 (trinta e dois) cargos comissionados de Chefe de Seção, símbolo TJ-FC-5, sendo 4 (quatro) para atuação no Gabinete de Segurança Institucional.

Art. 4º - Os cargos de Chefe de Serviço, identificados pela Lei nº 5.972, de 20 de setembro de 1990, como sendo símbolo TJ-FC-3, ficam classificados como símbolo TJ-FC-4.

Art. 5º - Os cargos de Chefe de Setor, identificados pela Lei nº 5.972, de 20 de setembro de 1990, como sendo símbolo TJ-FC-5, passam a ser denominados de Chefe de Seção, mantido o mesmo símbolo.

Art. 6º - Os cargos de Chefe de Seção, identificados pela Lei nº 5.972, de 20 de setembro de 1990, como sendo símbolo TJ-FC-6, passam a ser denominados de

Chefe de Unidade, mantido o mesmo símbolo.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de recursos orçamentários próprios.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2018.

Deputado Adolfo Viana
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Projeto de Lei 22.837/2018, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Designo para relatar a matéria, no âmbito das comissões, a deputada Ivana Bastos.

A Sr.ª IVANA BASTOS:- Projeto de Lei nº 22.837/2018.

(Lê) “*Altera a redação do art. 130, incisos IX, XVII, XVIII e XX, e dos artigos 130-A e 130-B, da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado, e extingue cargos de Juiz Substituto de Segundo Grau, criados pela Lei nº 13.217, de 30 de novembro de 2014.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 130, incisos IX, XVII, XVIII e XX, e os artigos 130-A e 130-B, da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 130

IX- 32 (trinta e duas) Varas Criminais;

XVII-55 (cinquenta e cinco) Varas do Sistema dos Juizados Especiais;

XVIII-3 (três) Varas da Justiça pela Paz em Casa;

XX- 1 (uma) Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro. (NR)”

Este projeto é constitucional, é legal. Opino pela aprovação.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer da relatora no âmbito das comissões. Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário. Projeto de lei 22.837/2018. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 22.837/2018

Altera a redação do art. 130, incisos IX, XVII, XVIII e XX, e dos artigos 130-A e 130-B, da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado, e extingue cargos de Juiz Substituto de Segundo Grau, criados pela Lei nº 13.217, de 30 de novembro de 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 130, incisos IX, XVII, XVIII e XX, e os artigos 130-A e 130-B, da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.130.

IX- 32 (trinta e duas) Varas Criminais;

XVII- 55 (cinquenta e cinco) Varas do Sistema dos Juizados Especiais;

XVIII- 3 (três) Varas da Justiça pela Paz em Casa;

XX- 1 (uma) Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro. (NR)”

“Art. 130-A. Compete exclusivamente à Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro processar e julgar as infrações penais envolvendo atividades de organizações criminosas e os crimes lavagem de dinheiro, conforme os conceitos estabelecidos em lei, com jurisdição nos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Mata de São João, Pojuca, Dias D'Ávila, Candeias, São Sebastião do Passé, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Itaparica e Vera Cruz.

§ 1º - A competência da Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro prevalecerá sobre as demais varas especializadas previstas nesta Lei de Organização Judiciária, ressalvada a competência constitucionalmente atribuída ao Juízo da Infância e Juventude e ao Tribunal do Júri.

§ 2º - As atividades jurisdicionais desempenhadas pela Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro compreendem aquelas que sejam anteriores ou concomitantes à instrução prévia, as da instrução processual e as de julgamento dos acusados por crime organizado ou lavagem de dinheiro.

§ 3º - Os Inquéritos Policiais em andamento, relativos à competência estabelecida nesta Lei, bem como seus apensos ou anexos, deverão ser redistribuídos à Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro, cabendo à Corregedoria Geral da Justiça velar pela estrita obediência ao disposto neste parágrafo.

§ 4º - Os processos, atos ou medidas a estes relativos, ainda que anteriores ao oferecimento da denúncia ou da queixa, distribuídos para a Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro, até a data da publicação desta lei, não poderão, em nenhuma hipótese, ser redistribuídos, gerando, inclusive, prevenção para futura ação penal ou queixa-crime.

§ 5º - A Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro contará com um sistema de protocolo autônomo integrado ao sistema de automação processual. (NR)”

“Art. 130-B. A Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro terá titularidade de 01 (um) magistrado de entrância final, cujo cargo será provido nos termos previstos no art. 93, incisos II e VIII -A, da Constituição Federal.

§ 1º -Fica facultado ao juiz, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.694, de 24 de julho de 2012, decidir pela formação de colegiado para a prática de qualquer ato processual, devendo indicar os motivos e as circunstâncias que acarretam risco à sua integridade física, em decisão fundamentada, da qual será dado conhecimento à Corregedoria Geral da Justiça.

§ 2º - O colegiado será formado pelo juiz do processo e por 2 (dois) outros juízes escolhidos por sorteio eletrônico, dentre aqueles de competência criminal em exercício no primeiro grau de jurisdição, nas comarcas indicadas no art. 130-A desta Lei de Organização Judiciária.

§ 3º - O Tribunal Pleno regulamentará, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, a aplicação do art. 1º da Lei nº 12.694/2012.

§ 4º - A Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro funcionará com 03 (três) cargos de Analista Judiciário - Especialidade Subscrivão e 4 (quatro) cargos de Técnico Judiciário - Especialidade Escrevente de Cartório.

§ 5º - Compete ao Gabinete de Segurança Institucional disponibilizar militares para segurança e proteção dos Juízes e servidores atuantes

na Vara referida no caput deste artigo, sem prejuízo de requisição à autoridade competente. (NR)”

Art. 2º - Fica transferida a jurisdição da Comarca não instalada de Bonito, Distrito Judiciário da Comarca de Pindaí, para a Comarca de Utinga, excluindo a referida comarca não instalada do item “nº 146”, do Anexo I, da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, incluindo-a no item “nº 206, do mesmo Anexo, correspondente à Comarca de Utinga.

Art. 3º - Ficam extintos 05 (cinco) cargos de Juiz Substituto de Segundo Grau, criados pela Lei nº 13.217, de 30 de dezembro de 2014.

Art. 4º - Revogam-se os §§ 6º e 7º do artigo 130-B, da Lei 10.845, de 27 de novembro de 2007.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em de de 2018.

RUI COSTA
Governador

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Projeto de lei nº 20.765/2014, de procedência do Ministério Público, que altera a estrutura do quadro de cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, constante no anexo II da Lei nº 11.617, de 24 de novembro de 2009.

Faltam os pareceres das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo para relatar a matéria o deputado Euclides Fernandes, grande relator, oriundo da cidade de Jequié, um jurista que conhece bem das artes jurídicas.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, designado que fui pelo presidente, deputado Angelo Coronel, para relatar o presente projeto de lei, de procedência do Ministério Público, que altera a estrutura do quadro de cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, constante no anexo II, da Lei nº 11.617, de 24 de novembro de 2009.

Então, Sr. Presidente, o projeto está dentro do aspecto legal, dentro da ordem jurídica brasileira, e vem atender as necessidades, evidentemente, para o melhor funcionamento do Ministério Público para cumprir a sua missão, missão importante para a sociedade baiana.

Somos, então, pela aprovação do presente projeto de lei.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator no âmbito das comissões. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em Plenário. Projeto de Lei nº 20.765/2014, de autoria do Ministério Público. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa).
Aprovado em 1º turno.

PROJETO DE LEI Nº 20.765/2014/2014

Altera a estrutura do Quadro de Cargos em Comissão do Ministério Público do Estado da Bahia constante do Anexo II da lei nº 11.617 de 24 de novembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam acrescidos à estrutura do Quadro de Cargos em Comissão do Ministério Público do Estado da Bahia 10(dez) cargos de Assessor Jurídico, símbolo CMP-5.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Ministério Público, respeitado o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, alterando parcialmente o Anexo II da Lei nº 11.617 de 24 de novembro de 2009.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em de de 2014.

RUI COSTA
Governador

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Projeto do Ministério Público do Estado que altera a Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 21.346/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo para relatar a matéria, no âmbito das comissões, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA:- Deixe eu chamar a deputada Ivana para ficar aqui do lado, porque nós fizemos uma parceria nesse projeto. (Palmas nas Galerias) Este projeto, na realidade...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Fica prorrogada a sessão por mais 30 minutos, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA:- Na realidade, este projeto tem a participação de todos os deputados da Casa...

Projeto de lei nº 21.346/2015

Na realidade, esse projeto tem a participação de todos os deputados da Casa, os deputados de Governo e os deputados de Oposição que trabalharam de forma conjunta para que a gente chegasse a esse posicionamento e a essa relatoria.

Na realidade, o deputado Zé Neto coordenou esse processo junto com o deputado Luciano. Eu acho que o mérito aqui é de todos os deputados, é da Casa e é lógico que nós tínhamos uma discussão, eu e a deputada Ivana, no sentido de encaminhar esse procedimento. Então por isso que fiz questão de chamá-la aqui e agradecer ao deputado Zé Neto e ao deputado Luciano.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei nº 21.346/2015 de autoria do Ministério Público, o qual ”altera a Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia, e dá outras providências.*

Encaminha, à Assembleia Legislativa, o Exmº, Sr. Procurador-Geral de Justiça, o projeto de lei que ora venho relatar, tendo como objetivo conceder autorização para que a Administração do Ministério Público possa proceder a distribuição, por Ato do Procurador-Geral de Justiça, dos níveis e classes concernentes ao desenvolvimento na carreira dos servidores do órgão, destacando ainda, o Chefe do MP, que ‘despesas resultantes desta Lei serão perfeitamente suportadas pelas dotações orçamentárias deste Parquet, observados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000’.”

O projeto não recebeu emendas. No entanto, após entendimentos mantidos com a Procuradoria-Geral de Justiça, apresento, na condição de Relator, a seguinte emenda na forma de substitutivo:

“Projeto de lei nº 21.346/2015

Altera a Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia.

Art. 1º - O Anexo I da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, passa a ser o constante do Anexo Único que está descrito aqui na lei, totalizando a quantidade dos assistentes de nível I, II, II, IV e V, Assistente Técnico Administrativo, Motorista e Analista Técnico.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, e não havendo restrições quanto ao mérito, Sr. Presidente, opino pela sua aprovação na forma do Substitutivo dessa Relatoria.

Ante o exposto, opino pela aprovação do projeto ora relatado, com as modificações introduzidas pela emenda nº 1.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2017”.

Queria só, mais uma vez, parabenizar aqui aos servidores do Ministério Público que sempre estiveram nesta Casa de uma forma extremamente ordeira

(palmas) dialogando com os deputados, sejam os deputados de Governo, sejam os deputados de Oposição.

E cumpre esta Casa Legislativa, desde 2015 que a gente recebe nos nossos gabinetes, deputada Ivana, os servidores do Ministério público para que possamos, ou seja, no princípio da sensibilização dos deputados, para que a gente pudesse votar esse projeto.

Agradecer aqui a sensibilidade também do Poder Executivo e do Ministério Público, que entendendo a importância de o reajuste dos servidores fazer com que isso aconteça dentro da sua dotação orçamentária.

Então opino pela aprovação desse projeto, conforme foi lido nesse momento. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer dos relatores no âmbito das comissões. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e Deputadas que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Calma que ainda tem a votação em Plenário, possa ser que haja um revertério.

Projeto de Lei nº 21.346/2015. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 21.346/2015

Altera a Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - O Anexo I da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, passar a ser o constante do Anexo Único dessa Lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2018.

Deputado Rosemberg Pinto
Relator

Deputada Ivana Bastos
Relatora

ANEXO ÚNICO

Quantitativo			
Classe	Assistente Técnico -Administrativo	Motorista	Analista Técnico
I	244	32	170
II	285	26	102
III	264	40	61
IV	168	26	37
V	63	17	22
TOTAL	1024	141	392

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Agora podem vibrar. Calma, foi em primeiro turno viu!

Convoco uma sessão extraordinária para votar os projetos em segundo turno.

Os projetos 22.802; 22.828; 22.837, 22.860 em primeiro e segundo turno.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.